

SESSÕES DO PLENÁRIO

99ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 27 de outubro de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Cleide Vieira, Clóvis Ferraz, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (54)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Ferreira Ottomar, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 13, 14 e 15/10/2009, por motivo de saúde, conforme atestado médico em anexo.

Do Dep. Ângelo Coronel, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 14, 15, 16 e 19/10/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do

mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o Professor Valdeci por até 5 minutos.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Deputado Valdeci, eu até não costumo usar o período do Pequeno Expediente para questão de ordem...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, se o senhor permitir, lerei agora um requerimento. Não o fiz por uma falha minha.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- A questão de ordem é sobre outro assunto, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, aproveitando a sua presença, quero chamar a atenção desta Casa para um fato importante. Não sei se isso tem acontecido com outros deputados, mas, na verdade, temos percebido pelo interior afora um certo clima de instabilidade em relação ao censo do IBGE que deve acontecer em 2010.

Quero muito respeitosamente dirigir-me a V.Ex^a, que é o presidente desta Casa, pois temos um problema sério na região Nordeste, inclusive na nossa querida cidade de Antas – onde V.Ex^a tem ligações familiares, é filho da terra, deputado votado nela –, gerando um clima de instabilidade. E isso, reitero, não acontece somente lá.

V.Ex^a é sabedor de que no município de Antas há o povoado de Rangel, localidade que, da forma como está, vai passar para o município de Sítio do Quinto. Veja a contradição, tendo em vista que, historicamente – o senhor mais do que qualquer outro aqui conhece a realidade política daquela região –, nunca houve nenhum precedente que pudesse justificar isso. Toda a vida administrativa daquele distrito sempre foi relacionada a Antas.

Problema semelhante ocorre em Cícero Dantas, com quatro distritos e povoados que deverão passar, deputado Bira Corôa, salvo engano, para Euclides da Cunha. Quijingue também passa por problema dessa magnitude.

E há um clima de indefinição, principalmente, por causa desse censo de 2010. E isso provoca uma instabilidade política, pois mexe com a vida econômica dos municípios. Na verdade, a SEI, que é um órgão sério, respeitado, que tem um trabalho reconhecido por todos, está mudando determinadas situações baseada em mapas, sem levar em conta a história. No caso de Cícero Dantas, por exemplo, existem duas localidades, Juá e Rodeador, cujas escrituras do município, deputado Heraldo Rocha, são seculares. E da forma como está perderão áreas para outras cidades.

O caso de Antas é emblemático, na medida em que em relação ao povoado de Rangel, em absoluto, nunca foi levantada nenhuma hipótese para que pertencesse a Sítio do Quinto, município que temos o prazer de representar.

Enfim, tudo isso está gerando um clima de instabilidade. O deputado Heraldo Rocha também relata essa situação.

Acho que V.Ex^a, na condição de presidente deste Poder, poderia convidar, através da Comissão de Divisão Territorial, o diretor da SEI e até o próprio IBGE para que possamos, juntos, construir uma solução harmoniosa a fim de acabar esse clima de instabilidade. Até porque essa situação pode causar um grande prejuízo a diversos municípios da Bahia.

É esse o apelo que faço a V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a tem toda a razão, deputado Gildásio Penedo. Já conversamos com o Dr. Geraldo, da SEI. Na realidade, os limites territoriais foram feitos há muitos anos. No caso de Antas, em 1954. Quando se passou o GPS para regularizar todos esses municípios, houve coisas absurdas, como o caso de Rangel pertencer a Sítio do Quinto.

Sempre defendi a tese de que quando os dois prefeitos concordarem – ou seja, em princípio, toda a população também concorda –, nós, através da Comissão de Divisão Territorial, podemos fazer o acordo e aprovar aqui na Assembleia. A SEI está apenas cumprindo a lei.

No caso de Sítio do Quinto e Antas, locais em que nós dois fazemos política, vamos pedir aos dois prefeitos que assinem o acordo para fazer o limite real, aliás, o limite de fato, para que possamos consertar o erro feito em 1954. O SEI, na realidade, não pode fazer nada se a Assembleia não aprovar. Então, vou convidar Dr. Geraldo... Acho que os líderes partidários, onde houver acordo dos prefeitos – quando falo dos prefeitos, em tese, os municípios concordam – nós aprovamos aqui na Comissão de Assuntos Territoriais, trazemos ao plenário e consertamos. O prefeito Clegivaldo, politicamente ligado a mim, e o prefeito de Antas é ligado politicamente a V.Ex^a. Então, vamos fazer um acordo e resolver esse assunto. Todos os deputados, e os prefeitos que chegarem a um acordo, nós aprovaremos aqui. Acho que essa é uma decisão universal aqui do Parlamento. Se os prefeitos dos municípios concordarem, podem trazer o projeto, pois tenho certeza de que os Líderes da Maioria e da Minoria e os Líderes do Bloco Independente fazem o acordo. O SEI apenas está cumprindo com o seu dever. Essa é que é a realidade.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, gostaria de que fosse breve para eu passar a palavra ao querido deputado Professor Valdeci.

O Sr. Paulo Azi:-Presidente, quero concordar com a opinião de V.Ex^a com relação a essa questão, mas eu lhe pediria que houvesse um entendimento com a PGE, para que não volte a acontecer o que ocorreu no passado, não só no governo anterior, como neste governo também, quando votamos projetos remarcando limite de município por acordo, com concordância dos diversos entes interessados, mas a PGE, infelizmente, sugeriu ao governador que vetasse. Então, seria importante que

houvesse também um entendimento nesse nível, para que não viéssemos depois a ter esse tipo de situação voltando ocorrer na Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu concordo com V.Ex^a. Quando fizer acordos de deputados, eu, particularmente, converso com o governador, que são os dois poderes, para mostrar que se os prefeitos concordaram, em tese os dois municípios estão concordando. Agora, só podemos aqui também aprovar projetos se os prefeitos concordarem. Porque senão vai ser uma guerra de deputados neste plenário, e no momento politicamente não é necessário. Então, se os prefeitos concordarem, em tese, os municípios estão concordando, e, portanto podemos aprovar aqui esses projetos. Acho que os líderes poderiam fazer acordo para que pudéssemos chegar a um denominador comum.

Antes de passar a palavra ao professor Valdeci, aqui há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados o qual passo a ler: “Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II do art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária a ser iniciada dois minutos após o encerramento da presente, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: requerimento de urgência nº 6.970/2009, para o projeto de lei nº 18.287/2009, projeto de lei nº 18.272/2009 e o projeto de lei nº 18.292/2009.” Portanto, está convocada a sessão extraordinária a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Peço desculpas ao deputado Valdeci e V.Ex^a falará pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PROFESSOR VALDECI:- Sr. Presidente Marcelo Nilo, Srs. Deputados aqui presentes, público que nos assiste nas Galerias Paulo Jackson, teleouvintes da *TV Assembleia*, quero aqui discorrer um pouco sobre a educação profissional no Estado da Bahia, pois ontem não tive o tempo necessário, mas hoje falarei somente sobre a educação profissional, falando um pouco sobre o fórum de educação profissional, que aconteceu na semana passada na Bahia. (lê) *“O governo Jaques Wagner assumiu a Educação profissional como uma das política pública prioritária de Estado e vem investindo, cada vez mais, na formação de jovens e trabalhadores, com a implementação do Plano de Educação Profissional da Bahia. Em 2006, o Estado contava com apenas 4.061 alunos matriculados em cursos de educação profissional em 34 unidades escolares, distribuídas por 23 municípios. Hoje já são quase 28.000 alunos matriculados em 113 unidades escolares de 83 municípios. A meta é chegar em 2010 com 42.000 alunos matriculados.*

O plano de educação profissional da Bahia é considerado um marco histórico ao propor cursos técnicos de nível médio vinculados ao contexto local e territorial, preparando os jovens e trabalhadores para o mundo do trabalho. Assim, os jovens e adultos trabalhadores se beneficiam com o desenvolvimento da sua própria região. O plano tem uma perspectiva pedagógica arrojada, que assume o trabalho como princípio educativo e estabelece as relações entre ciência-tecnologia-sociedade como base da matriz curricular.

No total, o governo da Bahia implantou três centros estaduais de educação profissional, 26 centros territoriais e 84 escolas de ensino médio com educação

profissional. Além destes, quatro escolas estão sendo preparadas para a transformação em centros estaduais de Educação Profissional. A meta é chegar ao final do ano de 2009 com 115 unidades, incluindo o Centro Territorial de Educação Profissional do Recôncavo, em Santo Antônio de Jesus, e o Centro Estadual de Educação Profissional das águas, em Barra, com inaugurações previstas para novembro ou dezembro de 2009. Vale destacar a participação dos atores sociais na gestão dos centros de educação profissional, por meio dos conselhos, ampliando, assim, o controle social.”

Apresentamos essas informações com relação à educação profissional da Bahia, que vem sendo muito bem coordenada pelo professor Almerico Biondi, superintendente da Superintendência de Educação Profissional - Suprof, subordinada ao Prof. Osvaldo Barreto, Secretário da Educação do Estado da Bahia.

Quero, mais uma vez, dar os parabéns à essa superintendência pela organização do Fórum de Educação Profissional, que ocorreu na semana passada, bem como agradecer aos profissionais, mestres e doutores, que vieram de outros três estados da Federação para contribuírem com sua teoria e sua prática em relação à educação profissional.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o nobre deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, amigos na Galeria Deputado Paulo Jackson, Sr. Presidente, mais uma vez o Estado da Bahia é estampado nos noticiários nacionais com matérias negativas. A Bahia, que é o campeão nacional da dengue, agora, não satisfeito, apresenta casos, com mortes, da grave doença meningite meningocócica C. Já morreram algumas pessoas no Município de Porto Seguro, quatro, dentre elas turistas. De ontem para hoje, 25 pessoas com suspeita de estarem contaminadas pela meningite C deram entrada em hospitais de Porto Seguro, que é a segunda cidade em atração de turistas do nosso Estado.

A Bahia, que figura, hoje, no governo Jaques Wagner como o estado campeão em perda de arrecadação, deputado Heraldo Rocha, perda de investimentos e violência, e líder mundial da dengue e, agora, aponta para a meningite C. Também, com esse governo, e esse governador, que viaja para o interior para entregar ambulâncias seminovas, não poderia ser diferente em razão da crise na saúde que este Estado vive.

E, deputado Heraldo Rocha, a pessoa liga a televisão e lhe dá vontade de morar nas propagandas do governo Jaques Wagner; as propagandas dos hospitais e de uma saúde 100% capacitada para atender e enfrentar os problemas do nosso Estado.

Mas a verdade é esta, nos três primeiros anos do governo Jaques Wagner, a Bahia se destacou como a campeã da dengue em relação a todos os países e, agora, aparece a questão da meningite C. Aí, pergunto: quais as ações que este governo

incompetente está fazendo para coibir e resolver os problemas que a cada dia os baianos enfrentam, causando a morte e prejuízos irreparáveis ao nosso Estado?

Este governo, deputado Heraldo Rocha, é o governo da propaganda, é o governo da enganação, é o governo da enrolação e da mentira. Não adianta colocar propagandas, gastar milhões com publicidade, não adianta, porque os baianos morrem de dengue ou morrem de meningite.

A Secretaria da Saúde se especializou, deputado Heraldo Rocha, na dispensa de licitação e, aí, sim, em dispensa de licitação a Secretaria da Saúde é PHD e possui todos os requisitos de competência e habilidade, mas em relação a cuidar da saúde pública de nosso Estado, a cuidar da saúde dos nossos baianos, infelizmente, a Secretaria da Saúde estadual promove uma política desastrosa, levando os baianos à morte, às doenças, à falta de atendimento e ao caos em toda a rede pública de saúde do nosso Estado.

Agora, a Bahia entra numa nova fase, campeã da dengue e ressuscita também a meningite C no Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais presentes nas Galerias Paulo Jackson, hoje, será feito um esforço para votar três projetos importantes, o da Polícia Civil, o do Subteto e o da Saúde, do Planserv, para beneficiar os trabalhadores que não são beneficiados hoje.

Espero que hoje consigamos votar esses projetos, porque nunca vi uma legislatura tão instável quanto esta que estamos vivendo, uma legislatura que tem dificultado a aprovação de projetos, aqui sou recente, tenho apenas seis anos, sou reeleito deputado, participei da legislatura passada, mas pelas conversas que tenho tido com quem já está aqui há muito tempo, tenho constatado que nunca tivemos uma legislatura tão instável, tão confusa, tão problemática quanto esta que estamos vivendo hoje.

Naturalmente, isso diz respeito à reestruturação das forças políticas em função da derrota do conservadorismo, da ascensão ao poder das forças democráticas e populares, mas isso não explica tudo. Faço votos que a partir daí a gente estabilize e, aí, efetivamente, venha a discutir projetos de interesse da sociedade e votar de forma regular os projetos que interessam à sociedade.

Hoje estamos vivendo esse processo de mais uma “reestruturação” em razão dessas migrações, para lá, para cá, desmancha comissão, reinstala, instala; esse grau de instabilidade é péssimo para o funcionamento da Assembleia Legislativa.

Queria dizer que nesse processo de “reestruturação” prevaleceu em certa medida, em alguns aspectos, a insensatez. Nós podemos observar, na recomposição das comissões, os casos das comissões de Saúde e de Direitos Humanos. Assumi a presidência da Comissão de Direitos Humanos durante um mês, inicialmente não era

minha pretensão assumir, mas eu assumi, fiz toda uma programação e pretendia continuar naquela comissão. Por outro lado, o deputado Sérgio Passos preferia ficar na Comissão da Saúde. E o PC do B tinha o meu nome para continuar na Comissão de Direitos Humanos. Mas prevaleceu o inverso: a Comissão da Saúde ficou para o PCdoB e a Comissão de Direitos Humanos para a Oposição, com a presidência do deputado Sérgio Passos. Prevaleceu a insensatez nesta Casa legislativa. Aliás, isso é algo que marca um pouco esta Casa e precisamos lutar cada vez mais para haver coerência aqui e trabalharmos em benefício da população.

Embora não tenha sido a minha preferência presidir a Comissão da Saúde, vou assumir com toda a dedicação, com que sempre pautei a minha atuação aqui na Assembleia Legislativa da Bahia. Eu assumo qualquer tarefa, poderia ser qualquer comissão e, sem dúvida, assumiria de forma coerente, consequente, colocando a comissão para funcionar efetivamente.

Esse é o meu desafio: assumirei a Comissão da Saúde. Mas quero ressaltar a insensatez da Assembleia Legislativa quando escolhe para presidente da Comissão da Saúde quem preferia a de Direitos Humanos e para presidente da Comissão de Direitos Humanos quem preferia a da Saúde. Essa é a mais completa insensatez.

Fica aqui o meu protesto, mas vou assumir a Comissão da Saúde com muita dedicação, com muita determinação, como sempre me pautei aqui na Assembleia Legislativa da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o deputado Paulo Azi por 5 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhores que acompanham esta sessão das Galerias Paulo Jackson e através da TV Assembleia, efetivamente a Oposição, mais uma vez, dá a sua contribuição para que este Plenário, esta Casa voltem a funcionar, pois todos estamos preocupados com o baixa produtividade desta Assembleia ao longo deste ano.

Ouvi, há pouco, o discurso do deputado Álvaro Gomes, que se queixava da ausência, neste Plenário, da votação de projetos oriundos dos parlamentares desta Casa. Recordo-me que, num passado recente, deputados que antes eram Oposição e hoje são governo cobravam, incessantemente, a votação de projetos de autoria de parlamentares, fazendo com que esta Casa, efetivamente, viesse a cumprir a sua obrigação.

Hoje, lamentavelmente, o que vemos é uma completa ausência..., e aí a culpa não cabe Oposição, mas, sim, ao Governo, que tem maioria nesta Casa. Mas o que vemos é uma completa falta, neste Plenário de debate, discussão e votação de projetos originários do próprio Poder.

A baixa, Sr. Presidente, a produção parlamentar, e, por isso, o nosso Líder, deputado Heraldo Rocha, preocupado com essa situação e atendendo também ao apelo de categorias de servidores públicos, resolveu promover o entendimento que vai possibilitar a votação, na tarde de hoje, do projeto que atende aos policiais civis,

do projeto que atende a diversas categorias relacionadas ao Planserv e também do polêmico projeto que trata do subteto do funcionalismo público.

Essa é mais uma demonstração de que a Oposição não está aqui para fazer oposição à Bahia, mas cumprindo a sua determinação constitucional de fiscalizar os atos do Executivo.

Estamos, Sr. Presidente, preocupados porque nesta Casa existem também vários projetos oriundos de outros Poderes aguardando o pronunciamento deste Plenário, a exemplo do Projeto de Lei nº 17.630, do Poder Judiciário, que ajusta a nossa Lei de Organização Judiciária. Esse projeto chegou a esta Casa em 24 de novembro de 2008 e visa a corrigir uma distorção, quando da aprovação por esta Casa Lei de Organização Judiciária, em diversos municípios, como Entre Rios, por exemplo, que vive, hoje, uma situação complicada, deputado Bira, com manifestações de diversas entidades da sociedade civil organizada, como a OAB e todas aquelas outras que mantêm relacionamento com o Poder Judiciário, cobrando desta Casa um pronunciamento para que nós possamos aprovar esta lei que vai adequar aquela cidade e outros municípios do nosso Estado, possibilitando que ela venha a ter aumento nas suas varas e novos juízes, fazendo então com que sejam desafogados os inúmeros processos que hoje já se encontram naquela Comarca, pois um único juiz não é capaz de dar vazão a essa demanda.

Portanto, quero conclamar os parlamentares. O deputado Heraldo Rocha já se colocou à disposição para votar com dispensa de formalidades este projeto, pois dessa maneira esta Casa voltará efetivamente a funcionar, dando a todos os baianos a nossa contribuição para que projetos importantes como este sejam votados e aprovados, beneficiando assim a nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância de V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira): Antes de anunciar o próximo orador, quero registrar a presença do ex-deputado presidente do PSC e suplente de senador, o nosso querido amigo Eliel Santana.

Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar. (Pausa) Na desistência dele, com a palavra o deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. e Sr^{as} Servidores desta Casa, Srs. e Sr^{as} Visitantes, em primeiro lugar quero destacar que na tarde de hoje esta Casa estará cumprindo com mais uma das suas obrigações, mais um dos seus deveres: aprovar mais dois projetos de lei importantes para o Estado e de relevância para a sociedade.

Basta dizer que a regulamentação das condições da Polícia Civil é fruto dum processo de quase 40 anos, Sr. Presidente, de luta numa categoria para assegurar a sua identidade e ter um instrumento que só o governo Wagner teve o compromisso e a responsabilidade de encaminhar a esta Casa para ser debatido e aprovado: a Lei Orgânica. Ela está sendo destacada no Brasil como uma referência e é uma conquista, repito, de 40 anos de luta dos policiais civis, além de ser atualmente uma lei

complementar de extrema necessidade para toda a classe, pois diz respeito também a um conjunto de profissionais que por descaso e desrespeito de governos passados esperam há 12 anos para assumir o que foi conquistado exatamente com o concurso público. São os escrivães e agentes que aguardam todo este tempo. E agora uma parte deles, após a regulamentação desenvolvida pelo governo Wagner, que é bom destacar, porque os concursados não poderiam estar incluídos no quadro da Polícia Civil simplesmente porque o edital do concurso determinava que a classificação final só poderia ser apresentada após todas as etapas serem concluídas, e a grande maioria nem sequer tinha concluído essas etapas, fruto da irresponsabilidade, da falta de compromisso, repito, do governo passado, o que agora se poderá concluir, a partir da intervenção do governo Wagner.

Mas ainda, Sr. Presidente, não se atende a todos, porque foi feita com a categoria um acordo a ser cumprido, que é de convocar 40 agentes e 40 escrivães neste exato momento e, num segundo momento, outro grupo, assim como também foram chamados 40 delegados.

Estou dizendo isso, Sr. Presidente, para chamar a atenção: esses servidores estão dependendo, inclusive, da aprovação dessa lei. Essa lei que está aqui, hoje, nesta Casa, que está tramitando aqui e que, apesar de terem sido dispensadas as formalidades, de ter entrado como caráter de urgência, não pôde ser votada na semana passada, nas duas últimas semanas. Hoje não há motivo algum, Sr. Presidente, para que esses servidores que dependem, inclusive, dessa lei, porque no concurso de 1997, não se exigia o que hoje é pré-requisito, que é ter o nível superior.

É um dos artigos da lei que está sendo aprovada hoje, que está impossibilitando que 40 agentes e 40 escrivães possam estar incluídos no quadro da Polícia Civil. Por isso é que colocamos a importância de essa lei passar de hoje, Sr. Presidente, ser aprovada, e acredito, deputado João Carlos Bacelar, que pelo compromisso dos pares, seja aprovada pela unanimidade dos deputados presentes, para assim esta Casa poder cumprir seu papel e, mais uma vez, reafirmar o direito de representação e de defesa dos interesses do povo baiano e, em especial, dos que a esta lei atinge.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o nobre deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, todos nós convivemos com a onda de violência que se abate sobre o Estado da Bahia, desde o início do governo Wagner. A falta de uma política pública de segurança, a falta de diretrizes na área de segurança, vários municípios sem delegados, as delegacias precisando dos escrivães e dos agentes.

Não temos munição, não temos armamentos, nem coletes à prova de bala e viaturas, enfim, uma situação altamente crítica na área da segurança, que se agrava pela incompetência, pela vagareza e pela imobilismo da atual administração estadual.

Em alguns municípios da Bahia, em algumas delegacias circunscriçionais em

Salvador, pelo trabalho dos seus delegados e dos seus agentes, sem nenhum apoio do governo do Estado, temos conseguido alguns avanços. Mas, pasmem, esse governo é tão contra o trabalho, esse governo é inimigo da eficiência a tal ponto que onde está dando certo, por politicagem, o governador interfere. Mata de São João é um exemplo disso. Tínhamos, há cerca de 2 anos, uma delegada titular em Mata de São João que transformou a segurança daquele município em modelo para toda a Região Metropolitana. Pois bem, essa delegada foi transferida para o município de Pojuca. Comenta-se, Líder, que foi uma intermediação da Bancada do governo para atender aos caprichos de determinada parlamentar.

A política de segurança de Wagner é subordinada aos interesses politiquieiros do governador. A política de segurança de Wagner é retrógrada, é a política do deputado que manda um cartãozinho para indicar o delegado. E eu não sei, no caso de Pojuca, se o parlamentar que indicou fica na porta da delegacia para mandar prender a ou b ou para mandar soltar c ou d. Essa é a política de segurança da Bahia. Voltam-se os tempos do coronelismo, deputado Professor Valdeci.

Fico aqui a pensar como deputados como V.Ex^a e Fátima Nunes, que não fazem política desse tipo, podem defender a interferência de deputados na nomeação de delegados! É assim: apoie Wagner e ganhe uma delegacia. É o supermercado do assistencialismo e do clientelismo. Este governo é incompetente, medíocre, inoperante e faz o discurso de governo ético, democrático, republicano.

Sr. Secretário da Segurança, V.Ex^a é um homem que veio dos quadros profissionalizados da Polícia Federal e submete-se às ordens dos deputados, submete-se à forma mais rasteira de se fazer política que é a indicação dos quadros do Estado.

Sr. Líder do governo, como a comunidade de Mata ficou triste ao saber que foi articulação da Bancada do governo a mudança da delegada da cidade! Levaram a delegada para Pojuca e trouxeram o delegado de Pojuca para Mata de São João? É articulação, segundo comentários de integrantes da Bancada. Dizem que foi a deputada Maria Luiza Laudano que fez essa mudança.

Então, deputado Waldenor, Líder do governo, quem nomeia e demite delegados é a Bancada, são os seus deputados, mostrando com isso o atraso em que esta Bahia se encontra nas mãos do governo do PT.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o nobre deputado Heraldo Rocha.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, representantes da imprensa, visitantes que nos dão a honra das suas presenças nas Galerias Paulo Jackson, internautas que acessam nosso *site* www.heraldorocha.com.br, minhas senhoras e meus senhores, quero neste instante, antes de inciar minha fala sobre o pronunciamento que farei hoje, parabenizar os líderes partidários, os deputados Waldenor, Paulo Azi, Leur, Pedro Alcântara que participaram no sentido de que a Casa começasse a instalar as comissões. Parabéns a esses parlamentares.

Em segundo lugar, queria afirmar que hoje, graças a um processo de negociação e de acordo, nós vamos votar por abstenção o subteto. Vamos votar também o Planserv para os funcionários da EBDA e outras empresas, e vamos votar também, está dependendo de uma negociação, a GAP da Polícia Civil.

Hoje, pela manhã, Srs. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, tivemos uma audiência pública com os servidores do Judiciário com a presença da Sr^a Maria José, conhecida como Zezé, presidente do Sinpojud; do desembargador Cícero Landin, como também dos representantes dos cartórios. Comentava há pouco com os meus colegas de Bancada e também com a Bancada de Governo que trata-se de um projeto polêmico. Também em acordo com o Líder do Governo, o nosso Secretário da Mesa, Dr. Carlos, já está preparando um requerimento para prorrogar a apresentação de emendas para quinta-feira para que possamos discutir com mais profundidade esse projeto.

Srs. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, na semana passada, falamos desta tribuna sobre a farra desse governo em dispensa de licitação. Determinamos à nossa assessoria de orçamento da Liderança da Minoria que fizesse um levantamento, uma amostragem da situação de dispensa de licitações desse governo. Para se ter uma ideia, na semana passada nós denunciemos a Secretaria da Fazenda que contratou uma empresa de Minas Gerais, sem licitação, a Fundação Dom Cabral, Fundação essa que é especialista em ensino superior e extensão.

Ora, se ela tivesse ganho a licitação, uma livre concorrência, tudo bem. Mas acontece que ela não ganhou, ela foi escolhida pelo Exm^o Sr. Secretário da Fazenda para treinar servidores da Sefaz. Com isso, prejudicando a livre concorrência das nossas universidades estaduais, da Universidade Federal, da Universidade do Recôncavo, das universidades particulares. Esse é o governo da indústria das dispensas de licitação.

Fizemos também uma denúncia sobre a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, essa é campeã. Em cinco meses a Secretaria de Saúde fez dispensa de licitação na ordem de 110 milhões de reais. Só com a área de limpeza e conservação: 63 milhões de reais. Somente três empresas ganham. E o nobre Líder, professor, ex-reitor da Uesb, Waldenor Pereira, respondeu numa matéria do jornal *A Tarde* que era matéria requeitada. Não é, meu caro Líder. Posso garantir a V.Ex^a que a Secretaria da Saúde tem dois anos sem realizar uma licitação, só privilegia três empresas.

No Domingo, eu dava uma entrevista na TV Bandeirantes e a repórter me perguntou: onde é que o senhor faz essa pesquisa? Eu respondi com muita calma: no Diário Oficial e no Sicof. A nossa assessoria é uma assessoria competente, pesquisa nessas fontes.

Vejam, senhores e senhoras, todo governo precisa comprar serviços e produtos para viabilizar a administração pública. Isso em todas as suas esferas, seja para operacionalizar um hospital, para construir uma escola ou para adquirir equipamentos. A maior parte dos recursos para essas compras vem de impostos pagos pelos contribuintes. E para que o dinheiro seja bem aplicado os governos devem escolher a proposta mais vantajosa. Isso é primário em administração. E essa escolha

é feita por intermédio de uma licitação. As licitações, em si, tornam lícitas as compras do governo e, por conseguinte, a forma como ele gasta o dinheiro público.

A Constituição federal obriga o governo a licitar. Para comprar serviços ou produtos, a administração pública é obrigada a organizar um processo licitatório, que é nada mais nada menos do que uma competição na qual as empresas compram o edital e concorrem. Isso é primário em administração pública.

Interessante observar que hoje – parece-me – está ocorrendo uma reunião dos chefes de Estado para discutir gestão pública. Ora, deveriam discutir essa farra da dispensa de licitação deste governo. Infelizmente, o governo da Bahia está utilizando o método da dispensa de licitação para adquirir serviços e produtos, e assim começa a bola de neve.

E como nós da Bancada da Oposição fomos despertados para isso? Analisamos o fato de que o governo só havia aplicado 28,4% do seu Orçamento, com a maioria das secretarias aplicando apenas 10%. Aí vimos o quê? Estamos chegando ao fim do ano – fui secretário de Estado duas vezes – e vão ter de gastar o dinheiro. Por isso, eles vão ter de começar a farra, a indústria da dispensa de licitação.

E assim autorizamos a nossa assessoria de Orçamento a fazer um levantamento. Para se ter uma ideia, de janeiro a outubro deste ano – pasmem, Sr^{as} e Srs. Deputados; repito, pasmem, Sr^{as} e Srs. Deputados – o governo da Bahia dispensou licitações, deputado João Bacelar, de 570 milhões. Ou seja, mais de meio bilhão de reais gastos sem licitação. As empresas beneficiadas são escolhidas ao bel-prazer do secretário. Ele escolhe: “Bom, você vai construir aquela escola. Você vai fazer o trabalho de limpeza. Você vai financiar diárias”. Repito, R\$ 570 milhões!

São inúmeras as dispensas de licitação, todas elas classificadas como emergenciais. Todas! Não respeitam a lei federal 8.666/93.

Essa mesma lei afirma que a dispensa de licitação não pode ser aplicada mais de uma vez numa mesma conjuntura para, justamente, evitar que se fomente o que o governo do Estado da Bahia está realizando: a indústria da dispensa de licitação. Esse é o termo, virou uma farra nesse governo. Das duas uma: ou é para fazer caixa para a campanha do ano que vem ou é corrupção! Não há outra saída. Estamos num beco sem saída!

Já obtive conhecimento de que houve uma chamada geral no governo para dar um basta nessa situação a partir das nossas denúncias.

Srs. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, é trágico o que está ocorrendo com o Orçamento Público do nosso Estado da Bahia. E os servidores públicos terão, a partir do final do ano, a votação dos aumentos e a reorganização do quadro. Aí, vão dizer que darão 4%.

E para onde está indo o dinheiro?

Estamos fazendo um levantamento dos gastos com pessoas físicas. Hoje, a assessoria nos informou que já foram gastos mais R\$ 155 milhões, nesse governo de contratações, em contratos com pessoas físicas. Não é pessoa jurídica, não. Não quero crer que seja para atender aos apaniguados, aos companheiros, aos camaradas! Estamos levantando esses dados e os mostraremos dentro de pouco tempo.

Contudo, ao se analisar as ações do nosso governo, governo de todos nós, percebe-se que o mesmo há muito tempo implantou a farra e a indústria das dispensas de licitações, uma vez que a cada ano que passa vem-se avolumando o montante de recursos. Os contratos estão sendo assinados mais de uma vez através do processo de dispensa, como é o caso denunciado por nós ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado. Nós entramos com uma representação por prática de improbidade administrativa contra o Exmº Sr. Governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner, e o secretário da Saúde, Sr. Jorge Solla, pelos seguintes itens fundamentais:...

Permitam-me ler essa denúncia que formulamos ao Ministério Público e à Procuradoria do Estado.

(Lê) *“I - DA LEGITIMIDADE*

O art. 14 da Lei nº 8.429/92 confere a qualquer cidadão o direito de representar ao Ministério Público a instauração de investigação destinada a apurar prática de ato de improbidade administrativa. Vejamos:

'Art. 14. Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar prática de ato de improbidade”

O que nos levou, a Bancada da Oposição, a entrar com essa denúncia.

(Lê) *“II - DOS FATOS*

Conforme matéria do Jornal A Tarde do dia 20-10-09, as dispensas de licitação pela Secretaria de Saúde continuam de forma absurda não dando oportunidade a concorrência livre, o que poderia ser mais econômico para o Estado.

Através de pesquisas no Diário Oficial, foi publicado no dia 3/10, dispensa de licitação nº 066/09, objetivando a contratação de serviços comuns – Conservação, Limpeza e Apoio Operacional para a Secretaria da Saúde do Estado. Através do processo de dispensa, foram contratadas três empresas para prestar tais serviços no valor global de mais de 21 milhões, R\$ 21.590.577,20 (vinte e um milhões, quinhentos e noventa mil, quinhentos e setenta e sete reais e vinte centavos), cuja vigência do contrato de prestação de serviços de limpeza é de 180 dias, em benefício das empresas MAP. Sistema de. Serviço, Steel Serviços Auxiliares e Obraserv.

Antes disso, com essas mesmas empresas, foram firmados contratos com o mesmo objetivo, no mês de março, com publicação no dia 27 de março, no Processo de Dispensa nº 16/2009 que somaram R\$ 14.874.957,05(quatorze milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e sete reais e cinco centavos). Já com a Alternativa Serviços e Empreendimentos foi efetuado um contrato de R\$ 13.231(treze milhões,duzentos e trinte e um mil), uma empresa só, dispensada licitação, isso é uma beleza, em 2 de abril de 2008 e novamente, em 7 de outubro de 2008, no valor de R\$ 13.835 milhões (treze milhões oitocentos e trinta e cinco mil).

Ora, senhoras e senhores, fica claro, cristalino que não há a livre concorrência de mercado, pois no processo de dispensa de licitação é a administração que escolhe as empresas, a escolha fica a seu critério e não há uma concorrência entre fornecedores, onde serão disputados os melhores preços e qualidades dos serviços.

Na nossa denúncia:

III - DO DIREITO

Da Organização do Estado e da Administração Pública o art. 37 da nossa Carta Magna reza que:

Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao Erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

A Constituição do Estado no seu art. 106 explana sobre a responsabilidade do Governador do Estado. Vejamos:

São crimes de responsabilidade os atos do governador que atentem contra a Constituição Federal ou esta Constituição e, especialmente, contra:

I - a integridade e a autonomia do Estado;

O Governo do Estado tem abusado, é a indústria das dispensas de licitação, porque, na verdade, isso é cristalino, é claro, a dispensa de licitação é carta marcada. Eu vou atender à empresa A, vou atender à empresa B, não estou preocupado com o preço, nós estamos fazendo um levantamento a respeito desses.

(Lê) “Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseja perda patrimonial, desvio apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, notadamente: frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, a situação do Estado é muito grave. Alega o governo que está em crise, crise na educação, crise na segurança, crise na saúde.

Há pouco assistimos ao jornal *BA/TV*, onde o Hospital Clériston Andrade, o grande hospital em Feira de Santana estava superlotado, os pacientes pelos corredores; e passava a matéria recentemente, muito recentemente, minha colega, deputada estadual de Feira de Santana, grande representante, dizia que o hospital Clériston Andrade tinha sofrido uma grande reforma e estava em pleno funcionamento, a deputada Eliana Boaventura.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, essa denúncia que formulamos hoje em nome da nossa Bancada, está orçada em números, e os números estão no Sicof. O Estado já dispensou licitações do seu orçamento mais de 8%, e contra fatos não há argumentos. Vamos dizer que eu falhei no meu cálculo, 7,97% ... 7,97%.

Considerando que estamos no mês de outubro, possivelmente o valor atingirá 10% até o final deste exercício orçamentário.

Tudo isso leva a crer que, em face do que estamos narrando, surge o seguinte questionamento que eu faço para ser respondido pelos deputados da Base do governo: é ou não é a indústria de dispensa de licitações que o governo Estadual implantou na Bahia? ? ou não é? Quinhentos e setenta milhões de reais de dispensa de licitação. ? ou não é uma indústria de dispensas de licitações?

Contratações feitas diretamente com diversos fornecedores, sem praticar processo licitatório, utilizando procedimento de dispensa, 570; transferências para *ONGs* através de assinaturas de convênios.

Denunciamos ao Ministério Público, denunciamos ao Tribunal de Contas do Estado o Instituto Brasil, que recebeu um convênio para dispensa de licitação de R\$ 17 milhões para construir casas populares, haja vista o exemplo de Lauro de Freitas.

Esses números somados com as contratações de pessoa física, representa R\$ 623 milhões e 700 mil, significando quase 9% do valor orçado sujeito a licitação. São despesas contratadas no montante de R\$ 623 milhões, vou concluir Sr. Presidente, mais de meio bilhão de reais.

Para concluir, quero colocar, Sr. Presidente, agradecendo a V.Ex^a por me dar mais esses segundos, que continuaremos essa importante pesquisa. Com a palavra o Tribunal de Contas do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr. PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Horário das Representações Partidárias. Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou representante do PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Srs. Presidente, não há orador.

A Sr^a Ângela Sousa:- Srs. Presidente!

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Deputada Ângela, V.Ex^a vai falar?

A Sr^a Ângela Sousa:- Cederei o nosso tempo para a deputada Maria Luiza Laudano.

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Com a palavra, pelo tempo do PSC cedido pela deputada Ângela Sousa, a deputada Maria Luiza Laudano, por 10 minutos.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Srs. Presidente, que nos honra presidindo esta sessão plenária nesta tarde, Srs. Deputados, Sr^s Deputadas, Srs. nas Galerias, peritos criminais presentes. - nos sentimos muito honrados em tê-los aqui conosco nesta tarde -, imprensa, Sr^s Taquígrafas, hoje, venho a esta Tribuna, e não faria diferente, tal qual fez o deputado João Carlos Bacelar, se o deputado não estivesse presente deixaria para falar com ele em Plenário, ou iria chamá-lo para ouvir o meu pronunciamento, porque costumo respeitar a ausência dos meus colegas.

Considero muito o deputado João Carlos Bacelar, porque fui votada em Mata de São João com o deputado, e ele sabe como me portei na minha campanha, o

prefeito João Gualberto, que é meu amigo, sabe que nunca, de maneira nenhuma, fiz comentários contra a política e inclusive tolhia o grupo que me apoiou de falar contra o colega, porque estava concorrendo junto comigo.

Deputado João Carlos Bacelar, gostaria que V.Ex^a provasse, nesta Casa, porque constou nos anais, que interferi junto ao governo do Estado, ao Secretário de Segurança, ou ao Chefe da Polícia Civil pedindo que a Delegada de Mata de São João fosse para Pojuca. Não acredito que, nesta Casa, tenha algum colega que interfira na segurança do Estado perante o governador ou os seus subordinados. Nem sequer conheço a delegada de Mata de São João, deputado! Ontem, telefonei para a delegada, porque ela chegou em Pojuca, município onde resido, desejando boas vindas, mas nem a conheço.

Jamais pediria ao governo para nomear nenhum delegado para lá, apenas solicitei ao governo do Estado e ao secretário de Segurança que o delegado de Pojuca fosse mudado, porque ele não estava atendendo aos requisitos necessários à segurança do município. Deputado João Carlos Bacelar, não poderíamos ter um delegado no município que ficava concentrado dentro da Polícia Civil, deixando o povo ser assaltado em plena manhã!

V.Ex^a também faria o mesmo se em Mata de São João, em Catu, ou em qualquer município do Estado da Bahia...Somos aqui representantes do Estado da Bahia, e não de município! V.Ex^a também faria o mesmo! Se ia para lá delegado de Mata de São João, de Catu, de Salvador, de Entre Rios, de onde fosse, não cabia a mim, pois não indico nomes e jamais o faria. Agora dizer que o delegado não estava cumprindo com as suas obrigações ao não dar segurança aos munícipes de Pojuca, isso eu fiz, porque cabe a mim solicitar segurança para o meu município, deputado!

Quero dizer a V. Ex^a que jamais fiz tal pedido, porque o que posso conseguir com o governo do Estado para Mata de São João tento e não venho, à tribuna dizer aquilo que não posso provar. Pela intimidade e pela consideração existente entre nós, acho que V. Ex^a deveria ter-me procurado e perguntado: “Deputada Maria Luiza, tomei conhecimento disso e quero saber se é verdade ou não!” Aí diria a V. Ex^a que não conheço o delegado e repito isso aqui!

Deputado, às vezes, quando V. Ex^a vem aqui e fala isso e aquilo do governo, entretanto quantas pessoas chegam a mim para dizer que V. Ex^a solicita benefícios do governo? V. Ex^a está errado? Não está, porque V. Ex^a representa o Estado, e o governo da Bahia está aí para atender aos pleitos dos deputados em geral, que representam os municípios. E se, nos municípios, se veem, a cada momento, pessoas sendo mortas, comerciantes sendo assaltado em pleno dia, e V. Ex^a dá todo o apoio, como dá a prefeita, ao delegado e não vê este desenvolver nenhuma ação, o que tem V. Ex^a que fazer? Queixar-se ao secretário da Segurança, ao chefe da Polícia Civil, sugerindo-lhes que tomem as providências que têm que ser tomadas!

O Sr. João Carlos Bacelar:- V. Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Quero conceder um aparte a V. Ex^a, que sabe o respeito e a consideração que lhe tenho. Por isso, acho, repito, que V. Ex^a deveria, pelo menos, me consultar para saber se era verdade ou não!

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputada Maria Luiza Laudano, quero agradecer o aparte a V. Ex^a e dizer-lhe que falei durante quase 10 minutos e só no final citei o nome de V. Ex^a, porque o Líder do governo ficou a me perguntar qual foi o deputado.

Agora V. Ex^a esclarece que solicitou a substituição do delegado de Pojuca. Sei que foi um ato involuntário pelo que V. Ex^a disse, mas V. Ex^a, involuntariamente, acabou prestando um desserviço a Mata de São João, porque, por coincidência, o delegado designado para lá foi o que estava em Pojuca, o qual, conforme disse V. Ex^a, não tinha competência suficiente para ser delegado nesse município.

Veja como é este Governo! A culpa não é de V. Ex^a, que estava defendendo Pojuca, mas deste governo, que é retrógrado, politiqueiro e faz transferência de delegado em razão de queixa de deputado. A culpa é, pois, do secretário da Segurança e do governador Jaques Wagner! Citei o nome de V. Ex^a no final, dizendo: “A Secretaria da Segurança afirma que foi a deputada Maria Luiza Laudano que pediu!”

Mas desculpe-me por ter citado o nome de V. Ex^a no final do discurso!

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Pois é, deputado, qualquer deputado em meu lugar faria o que fiz. Repito: representamos os nossos municípios e, quando nossa comunidade é atingida, é claro que temos que tomar as providências. Não sabia se o delegado ia para Mata de São João, Catu, Entre Rios ou para outro lugar qualquer ou se foi por conveniência. Não estou dizendo também que ele é incompetente. Eu estou dizendo que em Pojuca ele deixava o crime rolar, porque na realidade isso acontecia. Por que sim, por que não, não cabe a mim.

Agradeço a tolerância da Srs. Presidente e quero esclarecer que realmente o povo de Mata da São João merece toda a minha consideração, como também o de Pojuca e de todos os outros municípios do Estado da Bahia que eu aqui represento como deputada.

Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora nem pelo aparteante.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Concedo a palavra ao Líder ou representante do PRP para falar ou indicar o orador por 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Falarei por todo o tempo, Srs. Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Por todo o tempo falará nosso querido Líder da Maioria, o deputado Waldenor Pereira.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, servidores públicos presentes às Galerias Paulo Jackson, a boa prática legislativa recomenda que o parlamentar se municie sempre de fontes fidedignas para a promoção do debate, da discussão a respeito das matérias que tramitam nesta Casa Legislativa.

Digo isso porque há pouco, e não foi a primeira vez, o Líder da Minoria, o nobre colega deputado Heraldo Rocha, trouxe à baila mais uma vez o tema da dispensa de licitação ou do volume de dispensa de licitações, pois, segundo ele e a Oposição ao nosso governo, a gestão Jaques Wagner estaria extrapolando dos limites estabelecidos ou permitidos para utilização dessa prática, que é prevista na Lei das

Licitações, a de nº 8.666, amplamente utilizada por diferentes governos.

Eu quero aqui de forma ponderada, mas com base em dados de fontes fidedignas, mostrar mais uma vez que o governo anterior por sucessivos anos utilizou-se da prática de dispensa de licitação, da inexigibilidade, em volume superior ao governo atual administrado pelo governador Jaques Wagner.

Estou de posse de documentos, e vou disponibilizá-los posteriormente aos colegas deputados da Oposição, que mostram que em 2003, por exemplo, dum Orçamento de R\$ 11 bilhões e 296 milhões o governo Paulo Souto - aliás, o anterior que, se não me engano, foi de César Borges - já destinava ao pagamento de dispensa de licitação R\$ 359 milhões, o que representou 3,18% do total orçamentário daquele ano.

Já em 2004, se não me engano, o governo Paulo Souto ou César Borges ainda destinou ao pagamento de dispensa de licitação R\$ 459 milhões e 551 mil, o que representou em relação ao Orçamento de então 3,42%.

Em 2005, Srs. Servidores da Fazenda, auditores, agentes de tributos aqui presentes, o governo Paulo Souto destinou para pagamento de dispensa de licitação 4,1% do total do Orçamento, ou seja, R\$ 586 milhões e 513 mil.

Em 2006 reduziu para 2,76% e em 2007, já no nosso governo, Jaques Wagner destinou ao pagamento com dispensa de licitação 2,68, e, em 2008, 2,75. Portanto, são percentuais relativamente inferiores aos dos governos Paulo Souto e César Borges. E não questionamos, inclusive, esses governos, ainda que os percentuais destinados ao pagamento com dispensa de licitação fossem maiores do que os do nosso governo. Deputado Luiz de Deus, que me ouve com atenção, a destinação de até 5% do Orçamento para o pagamento de dispensa de licitação consideramos perfeitamente compatível, é um percentual compatível com a gestão pública, um percentual necessário de ser utilizado, tendo em vista os entraves, o emperramento que representa a gestão pública com todas as suas leis, com todos os seus regulamentos, com todas as suas orientações jurídicas, que em determinadas ações de governo acabam representando um verdadeiro obstáculo.

Estou de posse aqui também de informações sobre a Secretaria da Saúde. Esta Secretaria, em 2003, destinou ao pagamento de despesas sem licitação R\$ 115 milhões, aliás, R\$ 115 milhões e 931 mil, em 2004, R\$ 142 milhões, em 2005, R\$ 197 milhões, em 2006, R\$ 127 milhões, em 2007, já no nosso governo, R\$ 110 milhões e em 2008, aproximadamente R\$ 136 milhões para o pagamento com dispensa de licitação. Inclusive, é importante destacar, para recuperação da verdade, que dentro deste valor global, tanto pago pelos governos anteriores quanto pelo nosso governo, há o pagamento de despesas de compras e serviços que, necessariamente, são realizadas com dispensa de licitação, que são aquelas pequenas compras para as quais não se justifica a abertura de licitação exatamente para não emperrar a máquina administrativa. Além disso, há o pagamento das chamadas inexigibilidades que são, comprovadamente, pagamentos destinados a empresas especializadas, pagamentos destinados a personalidades de notório saber, pagamentos realizados a empresas que são exclusivas na venda ou no fornecimento do bem ou do serviço.

Portanto, deputado Heraldo Rocha, que infelizmente está ausente do Plenário neste momento, esta grande liderança da Minoria, quero chamar a atenção de que se trata, de fato, de matéria requestrada – matéria requestrada – até porque os valores destinados ao pagamento sem licitação dos governos que V.Ex^a apoiou, dos vários governos que V.Ex^a apoiou no passado, destinaram proporcionalmente, em termos relativos, ao pagamento de dispensa de licitação valores superiores ao que o governo Jaques Wagner está destinando, tanto do ponto de vista global quanto do ponto de vista dos pagamentos destinados à Secretaria da Saúde. Aqui estão os dados. Vou disponibilizar, inclusive, mais uma vez, para a imprensa, para que a imprensa possa, naturalmente, publicar as informações que ajudem a nossa população a fazer um cotejamento, uma comparação e confirmar o que estamos afirmando aqui. Não questionamos o governo anterior pela destinação de 3%, 4%, 3,5% do total do Orçamento com pagamento de despesas sem licitação, porque são necessárias, é imprescindível que a administração pública possa contar, dispor desse dispositivo. É um dispositivo legal porque é previsto na Lei Geral de Licitações, a Lei nº 8.666, para permitir maior agilidade, maior celeridade, maior flexibilidade à gestão pública, que todos sabem tratar-se de uma administração engessada, que todos sabem que quando subordinada aos ditames da lei acabam sendo inviabilizadas muitas e muitas ações que são imprescindíveis e indispensáveis, especialmente ao atendimento das demandas da nossa população.

Portanto, quero, mais uma vez, de forma respeitosa e de forma ponderada, mas com base em dados fidedignos, em fontes dos recursos que foram aplicados pelos governos anteriores, mostrar e provar que os recursos destinados pelos governos anteriores são superiores aos recursos que o nosso governo está destinando ao pagamento de dispensa de licitação e de inexigibilidades para viabilizar não só a saúde, mas para viabilizar os diversos serviços prestados pela administração pública ao povo da Bahia.

Muito obrigado, Srs. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou representante do PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Paulo Azi:- Srs. Presidente, falará o deputado João Carlos Bacelar por 5 minutos e pelos 5 minutos restantes o deputado Luciano Simões.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o nobre deputado, grande orador desta tribuna, deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Srs. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, hoje, graças à concordância da Oposição, ao apoio da Oposição, que não tem obstruído a sessão, não tem solicitado verificação de quórum, graças a essa Oposição responsável, esta Casa deverá votar hoje dois importantes projetos. Um, que trata da estrutura remuneratória e de cargos das carreiras do sistema policial civil, que institui prêmio por desempenho. (Palmas) E o outro, o do subteto. (Palmas)

Mas Sr. Líder, queria fazer um apelo a V.Ex^a para que corresponda também à boa vontade que a Bancada da Oposição teve, para que V.Ex^a atenda à justa reivindicação dos peritos criminalísticos da Bahia. O projeto de lei, Líder Waldenor, que altera a estrutura remuneratória e de cargos das carreiras do sistema policial civil, tem um erro muito grave no seu art. 4º.

O que é que diz o art.4º do projeto que o governador Wagner encaminhou a esta Casa? Diz o art. 4º: “O ocupante do cargo de perito criminalístico de Polícia Civil, perito médico-legal da Polícia Civil e perito odonto-legal da Polícia Civil será enquadrado retroativamente a 1º de agosto de 2009 na classe imediatamente superior desde que tenha cumprido o estágio probatório, estivesse em efetivo exercício do cargo em 31 de julho de 2009.”

O que a Bancada da Oposição propõe, Sr. Líder? Que esse artigo seja alargado, que essa previsibilidade seja ampliada para que não se cometa uma injustiça com os peritos. Defendemos que esse benefício, que essa previsão passe a valer para aqueles que estejam em efetivo exercício em 30 de junho de 2010, a fim de que essas pessoas sejam enquadradas a partir de 1º de julho de 2010. Não é nada retroativo, não é nada que traga prejuízos ao governo. Estamos fazendo, com essa emenda, um apelo para que um erro na elaboração do projeto seja consertado hoje pela Assembleia, e assim os peritos criminalísticos não sejam punidos.

Fica também hoje uma terceira lição: a má vontade que o governo tem tido com os peritos criminalísticos. Não sei se V.Ex^{as} se recordam – o deputado Luiz de Deus foi um dos batalhadores durante a convocação extraordinária para que contemplássemos essa categoria – da luta que teve de ser travada aqui, as conversas, as intermináveis negociações a fim de que as reivindicações deles fossem atendidas.

E hoje, Líder, estamos fazendo este apelo a V.Ex^a no sentido de que essa emenda da Bancada da Oposição seja acatada, e assim as reivindicações dessa importante categoria, desse instrumento fundamental para o combate à violência, sejam atendidas e esse erro seja reparado por esta Casa.

Obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Em substituição a esse parlamentar, indico a deputada Antônia Pedrosa para utilizar o tempo restante.

A Sr^a ANTÔNIA PEDROSA:- Sr. Presidente, companheiras e companheiros deputados, Sr^{as} e Srs das Galerias, funcionários públicos, graças a Deus, hoje, vamos acabar com essa peregrinação de vocês. Espero, professor Waldenor, como está dito ali na faixa, se houver erro, que o consertemos.

Sr. Presidente, (lê) *“Venho hoje a esta tribuna parabenizar a AIBA – Associação dos Irrigantes do Oeste da Bahia – pela implementação no dia 23 deste mês, sexta-feira passada, do Plano Oeste Sustentável. Fui convidada pelo presidente, Walter Horita, para participar deste grande evento. Infelizmente, por compromissos assumidos anteriormente, não pude ir a Barreiras participar da solenidade, mas quero registrar aqui a minha satisfação em ver que os empresários do agronegócio*

de Barreiras e da região Oeste estão se integrando em um grande projeto em defesa do meio ambiente.

O projeto tem um longo alcance. Atingirá nove municípios e corrigirá um passivo ambiental de mais de 30 anos. Além disso, o projeto Oeste Sustentável promoverá a regularização ambiental de cerca de 2 mil propriedades rurais, uma demanda reprimida muito grande.

A partir dessa iniciativa da AIBA, em parceria com os governos federal e estadual, será possível combater os principais problemas ambientais do Oeste: o desmatamento das margens dos rios, que provoca erosão, assoreamento, e a contaminação de águas pelos defensivos agrícolas entre outros problemas existentes.

A AIBA já fez o mapeamento de sete municípios e existe uma programação para identificar as áreas nas quais serão realizados trabalhos de recuperação ambiental.

Isso significa muito para o Oeste. Nossa região se desenvolveu através da agricultura mecanizada com tecnologia de ponta. Claro que isso trouxe efeitos colaterais. Alguns rios secaram, como é o caso do Rio dos Cachorros, e também do Rio Sanguessuga, e muitas nascentes foram devastadas. Diversas espécies da fauna e da flora quase desapareceram.

No entanto, esta tomada de consciência do empresariado rural, juntando forças com os ambientalistas, com os grupos ligados à agricultura familiar aponta para uma direção nova, um esforço conjunto no sentido de se fazer um projeto-piloto conjugando a produção agrícola com a defesa do meio ambiente e que a matriz deste projeto sirva de modelo para o Brasil. Um projeto focado na paz no campo, sem conflitos, sem agressões ao meio ambiente Este é o caminho trilhado pela AIBA, Uma entidade que tornou-se uma referência pela dedicação à pesquisa, pelo estudo aprofundado das condições da região, pela competência dos seus técnicos e, principalmente, pela visão e pelo dinamismo de seu presidente Walter Horita, que sempre lutou para mostrar que agricultura não é, como querem alguns- destruição do meio ambiente. Como é um empresário rural moderno, Horita tem plena consciência de que é possível produzir sem destruir nossos rios, nossos buritizais, nossas nascentes, nossas cachoeiras e tudo que faz a beleza extraordinária do ecossistema do Oeste baiano.

Alias, por falar em Horita, eu gostaria de dizer a meus pares, eu dei entrada nesta casa em um Projeto de Lei outorgando-lhe o título de cidadão baiano. Estou aguardando apenas a instalação da Comissão de Constituição e Justiça para que possamos programar a solenidade de entrega do título. Tenho certeza de que todos os meus pares nesta Casa votarão a favor em reconhecimento ao impulso que Horita e a AIBA deram à agricultura do Oeste da Bahia.

Portanto senhor presidente, senhores e senhoras deputadas, este Plano Oeste Sustentável é um avanço muito grande para a nossa região. Fico muito satisfeita em ver que existe uma sintonia entre os órgãos ambientais e os produtores rurais e isso abre novas perspectivas para o desenvolvimento da região. Está de parabéns a AIBA, os agricultores e principalmente Walter Horita, que é o líder deste

movimento.”

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Para concluir, deputada.

A Sr^a ANTONIA PEDROSA:- Já concluindo, Sr. Presidente, gostaria de agradecer a vossa tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/ PT do B/ PSL/ PCB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Isaac Cunha:- Sr. Presidente, falará por 4 minutos o deputado Álvaro Gomes e, por mais 4 minutos, o deputado Javier Alfaya.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, e posteriormente, o deputado Javier Alfaya.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais presentes aqui, hoje está prevista a votação de três projetos. Naturalmente, essa votação será por acordo entre a Maioria e a Minoria: o projeto da Polícia Civil, o projeto do subteto e o projeto do sistema de assistência à saúde dos servidores públicos do Estado da Bahia, o Planserv. Portanto, são três projetos de grande importância.

Mais uma vez, entendendo a importância da votação desses projetos, e nós temos que continuar esse processo de votação, mas esta Assembleia Legislativa(...), depois dessa última arrumação que tivemos, e espero que tenha sido a última, que a gente volte a funcionar normalmente, para que os projetos, além desses que serão aprovados hoje, aqui, espero, além de outros projetos do Judiciário que estão em pauta(...), é preciso aqui, também, votar os projetos de deputados. É preciso votar projetos, como o que apresentei aqui, que extingue a tarifa assinatura dos telefones fixos e móveis do Estado da Bahia. É preciso aprovar projetos, aqui, que venham a beneficiar a população, projetos que viabilize o acesso à internet, projetos relacionados à defesa do consumidor, à saúde, à educação, à melhoria das condições de vida da população.

Portanto, após esse projeto de ré-arrumação aqui, é preciso que esta Assembleia venha funcionar normalmente. Acordo é preciso fazer, sim, em determinadas situações, mas o correto é que os projetos tramitem normalmente nas comissões: na Comissão de Constituição e Justiça, nas Comissões Temáticas, e venha aqui para o Plenário para serem votados, para que possamos melhorar as condições de vida da população, e contribuirmos para redução das desigualdades sociais.

Portanto, eu entendo, eu espero, faço votos que essa instabilidade tenha um freio, que agora a gente tenha uma certa estabilidade, pelo menos durante um período, para que haja o fortalecimento do Poder Legislativo. Essas migrações, “pra lá e pra cá”, essas instalações e desinstalações de comissões, só fazem enfraquecer o Poder Legislativo.

Eu acho que chegou o momento de estabilizarmos, chegou o momento de colocarmos aqui em votação, projetos de interesse da sociedade, para que esta Assembleia Legislativa, seja cada vez mais fortalecida e respeitada pela sociedade. O

Poder Legislativo pode dar uma grande contribuição à sociedade, pode dar uma contribuição, se colocar em prática a sua verdadeira função: de defender os setores mais necessitados, de votar proposições de trabalhadores, exercer o seu papel fiscalizador, para que possamos realmente avançar nas conquistas da sociedade.

Espero, portanto, e aí é o apelo que faço à Bancada da Minoria, à Bancada da Maioria, de governo, para fortalecer a Instituição a partir da votação dos projetos dos deputados. E aí, conto com o apoio do deputado Paulo Azi, para votar aquele projeto que acaba com a tarifa assinatura, espero que ele apoie esse projeto, porque o deputado já fez a autocritica, no passado se colocou contrário, mas, hoje, o deputado apoia, e isso é muito importante.

Espero que o deputado Heraldo Rocha apoie também esse projeto que acaba com a tarifa-assinatura, para que o votemos aqui, em Plenário, para beneficiar a população.

Portanto, esse é o apelo: vamos votar os projetos de parlamentares para melhorar as condições de vida da população.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o deputado Javier Alfaya, pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Companheiros e companheiras servidores do Estado que se encontram presentes, muito especialmente os companheiros da Secretaria da Fazenda, minha saudação, meus parabéns pela vitória que se aproxima na tarde de hoje, fruto da luta e da coerência da categoria, especialmente do Sindisefaz, mas do conjunto da categoria, da direção da Secretaria.

Hoje, se votarmos – tudo está combinado para que haja a votação –, vamos culminar, terminar um processo iniciado anos atrás, lutando permanentemente para fazer justiça a uma parte da categoria que se sentia diminuída em sua remuneração, na medida em que cumpria tarefas extremamente importantes, mas não era remunerada de acordo com a importância das funções e tarefas que cumpria no dia a dia na Secretaria da Fazenda.

Ficaram, portanto, várias pendências que apareceram a partir da mudança que fizemos aqui do Plano de Cargos e Salários, da reestruturação da carreira, o que era e foi uma das grandes bandeiras que o sindicato levantava. Restou, portanto, uma situação nova, criada por essa alteração, mas não apenas por ela, que diz respeito ao que se chama de subteto.

Acho que o governador Wagner está absolutamente coberto de razão quando defende o direito que tem de definir se quer ou não o reajuste de salário, se o que o reajuste vai implicar, depois da votação que faremos hoje, em relação aos salários deve valer ou não para o seu secretariado. O secretariado, é da competência do governador sua indicação. Cabe a ele estabelecer o quanto quer receber pela nobre tarefa de dirigir os destinos da Bahia, juntamente com seus principais auxiliares, que são os seus secretários e secretárias.

Por essa razão, a solução encontrada pela Mesa Diretora desta Casa, agora,

sim, é bem equacionada. Ela foi objeto de muita polêmica, de muita discussão. A imprensa se interessou de maneira muito viva sobre a matéria, que acabou transcorrendo com a riqueza que o processo legislativo permite. Foi corrigida onde devia ser corrigida. E agora, finalmente, estamos prestes a votar uma alteração importantíssima, deputado Isaac, que vai por fim a uma celeuma e a uma situação que agora atinge o governador Jaques Wagner, mas que poderá atingir, e certamente atingirá, outros governadores ou governadoras que a Bahia terá de agora em diante.

Por essa razão a Casa está de parabéns, o movimento do Sindisefaz está de parabéns, porque vamos encontrar uma solução combinada entre o que pleiteia a categoria, o que pensa o governo e o que pensa a Assembleia Legislativa. E é dessa maneira que achamos que o processo legislativo deve sempre, digamos, acontecer aqui entre nós.

Quero parabenizar também os companheiros da Polícia Civil, desde a época em que eu era vereador, vejo a luta dos companheiros, finalmente, vamos votar hoje, uma lei que vai permitir a incorporação da GAP e outras tantas reivindicações da categoria que, certamente, está empenhada, juntamente com o restante da estrutura da Secretaria da Segurança Pública, da Polícia Militar, em dotar o nosso Estado, permita-me, Sr^a Presidente, de uma política de segurança pública que permita, de fato, mais tranquilidade à cidadania baiana, e essa nova política que está sendo gestada, necessariamente, passa por remunerar melhor os bons serviços dos policiais, para que possamos ter uma estrutura da polícia, tanto no que diz respeito à Polícia Civil, como à Polícia Militar, duas polícias que, articuladas entre si, bem dirigidas a partir do comando da Secretaria da Segurança Pública, possam servir de orgulho e garantir a tranquilidade, a paz à sociedade baiana.

Então, parabéns também à luta dos companheiros da Polícia Civil. Vocês sabem que podem contar, desde sempre, como sempre foi no passado e é agora, no presente, com o voto e a luta do PCdoB em apoio à causa da categoria de vocês.

Termino, deputada, me permita só uma informação a V.Ex^a, aos companheiros aqui presentes e à imprensa que acompanha a sessão. Não sei se foi destacado aqui antes, mas o dia de hoje, especialmente pelo que aconteceu de manhã, deputada Antônia Pedrosa, é extremamente importante. Nós conseguimos instalar boa parte das comissões desta Casa. Acabei sendo eleito para a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Turismo. Quero contribuir na condição de deputado, de ex-vereador, de arquiteto que sou de formação, para o debate acerca do planejamento metropolitano, do planejamento regional do nosso Estado, discutir a infraestrutura.

Aprovamos um plano de trabalho muito interessante dessa comissão, que é presidida pelo deputado Ivo, e fiquei bastante satisfeito com essa conquista de hoje pela manhã, essa organização das comissões. E, por fim, para concluir, deputado João Carlos Bacelar, quero dizer a V.Ex^a que também fui eleito para a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esportes e Serviços Públicos. Então, lembro a V.Ex^a que esta Casa tem um compromisso com essa área de esportes. Ontem, tivemos aqui uma belíssima sessão pela manhã, e a Casa precisa apoiar o governo no que diz respeito à organização da Copa do Mundo,...

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Para concluir, deputado, já extrapolou o tempo.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- (...) esta Casa vai apoiar, com certeza, os esforços do governo, do povo da Bahia, para que tenhamos uma Copa do Mundo exemplarmente organizada em nosso Estado e que possamos tirar, também, o melhor proveito das Olimpíadas que se realizarão em 2016 no Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado e viva a luta dos companheiros do SindSefaz e a luta dos companheiros da Polícia Civil.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PDT para falar ou indicar orador, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Isaac Cunha:- Falará por todo o tempo o deputado Adolfo Menezes.

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, deputadas Ângela e Maria Luiza, como já foi falado aqui nesta tarde, por diversos oradores, acredito que hoje à noite teremos os projetos aqui votados, tanto o da Polícia Civil como o do Subteto dos funcionários da Fazenda, tenho certeza, depois de muitos adiamentos devido ao Regimento desta Casa, que reza que qualquer mudança partidária obriga a recomposição das comissões, com isso, trazendo mais atraso nos trâmites dos projetos enviados para cá.

Mas, acredito que para hoje, pelo menos, está previsto limparmos a pauta, com 6 projetos sendo votados nesta Casa.

Srs. Deputados, a cada dia, e aproveito a presença de membros da polícia, que têm feito um bom trabalho aqui na Bahia, para falar, deputado Paulo Azi, do absurdo dessa legislação que temos no Brasil. É uma vergonha para os nossos deputados federais, digo os deputados federais porque são eles que fazem as leis do País, que não modificam o Código Penal Brasileiro, deputado Heraldo, deixando com isso, cada dia mais, a população perplexa, à mercê dos marginais.

Há pouco tempo, no município de Lauro de Freitas, um cigano - para não falar em diversos e diversos exemplos que temos diariamente em nosso Estado e no restante do Brasil- por uma simples batida de carro num posto daquela cidade, sacou a arma e deu 18 tiros num engenheiro, empregado da Ford, pai de família. Depois, a Secretaria da Segurança, através dos policiais, gastando o dinheiro do Estado, um Estado em que faltam recursos para a Saúde, para a Educação e para a própria Segurança, fazendo um bom trabalho, conseguiu, através do serviço de inteligência, localizar esse marginal, se não me engano já no Estado da Bahia. Gastou-se dinheiro, deputado Paulo Azi, para transportá-lo até o nosso Estado e, em menos de 2 meses, pasmem, a Justiça, ou melhor dizendo, a injustiça desse País, desse Estado, colocou esse marginal na rua para amanhã alguém olhar para ele, ele achar ruim e novamente matar . É essa a Justiça que temos nesse País.

Mas não podemos ficar admirados, deputado Paulo. Ontem, deputado Heraldo, no *Jornal Nacional* ouvi uma gravação de uma reunião de desembargadores, reunião dos representantes maiores da Justiça do Maranhão. Eles não sabiam que estavam sendo gravados. E o menor nome que saiu... Eram desembargadores, não foi na cadeia não, deputados, foi no Tribunal de Justiça do Maranhão. Sendo gravados sem saber, o menor nome que saiu lá, deputado João Carlos, foi: ladrão que rapinou o Tribunal, safado e por aí vai, não quero nem falar aqui para não ser acusado de falta de decoro. Essa é a Justiça do Brasil.

Hoje mesmo o jornal *A Tarde*, em matéria, falava do Tribunal do nosso Estado, para não ir muito longe. Há poucos dias, o Conselho Nacional de Justiça afastou um desembargador por vender sentenças. E, hoje, o jornal *A Tarde* novamente fala que está-se vendendo sentenças. Não estou aqui citando nomes - foi matéria de hoje - vendendo sentenças a torto e a direita. Então essa é a nossa injustiça, é o nosso País, que cada dia mais descamba para as drogas, para a marginalidade, deputado Luiz.

No Rio de Janeiro, que está em guerra constante, estão derrubando até helicóptero. Imaginem vocês! São essas notícias que saem lá no exterior. É por isso que este país continental, deputado Luiz, recebe menos turistas que a cidade de Orlando, nos Estados Unidos, recebe menos turista que a Argentina que é mais distante.

E aí vemos como vimos aqui ontem uma reunião com senadores, com deputados, com representantes de ministros, com o governador, falando da Copa de 2014, das Olimpíadas de 2016. E no exterior o que se ouve desse belo País que tem um belo povo, que não tem conflitos religiosos como vemos todos os dias em outros países por aí afora, um povo bom, cordato, ao mesmo tempo falta coragem, falta determinação dos homens públicos deste País.

Eu digo isso porque a Câmara Federal, é o Congresso que tem a obrigação, tem o poder de legislar, tem o poder de mudar as leis. Muitos dizem, deputado, que temos leis demais, o que falta é serem cumpridas. O que temos é uma série de artifícios usados pelos advogados, porque a lei permite que se prolongue por décadas e décadas um processo. E aí quem tem dinheiro continua impune, continua solto como esse caso brutal e vergonhoso que acabei de relatar. São centenas diariamente, mas estou dando o exemplo aqui desse cigano.

Já disse que o secretário da Segurança Pública não tem condições de atacar toda a Bahia de uma vez, mas sabe perfeitamente o que ocorre. Eu aqui me pronunciava dizendo que essa raça acha que está acima do bem e do mal. Se os policiais, determinados pelos seus superiores, fizessem busca em Camaçari, em Simões Filho descobririam onde eles residem, e todos andam armados, infringindo a lei, mas não se faz nada nesta terra. Eles se colocam e se acham acima do bem e do mal. Aconteceu com esse engenheiro, aconteceu com outros depois e pode acontecer com qualquer um de nós, tanto desta tribuna como deste Plenário. É vergonhoso! Eu digo sempre que este País, Srs. Deputados, não precisa inventar nada, basta copiar adaptando às características nossas o que deu certo em outras cidades, o que deu certo em outros países e o que precisamos corrigir.

Tenho falado sempre do trânsito em Salvador que prefeito nenhum tem condição de melhorar porque depende de mais vias expressas, depende de metrô. Vergonhosamente uma cidade de 3 milhões de habitantes não tem metrô, e não sabemos em que século vamos ter. Mas só com atitudes podemos melhorar.

Eu passava, na semana passada, pela Bonocô e via, deputado João Carlos Bacelar, uma fila de ônibus. Perguntei ao rapaz que ia comigo o que estava acontecendo, se era alguma paralisação, se era alguma greve. Ele me informou que não, era porque agora nesse ponto, no final da Bonocô com a entrada do Iguatemi, tem um fiscal da SET multando quem sai da fila. É isso que digo, se o prefeito quiser - mas não tem condições de resolver essa bagunça que há no trânsito de Salvador - muita coisa dava para melhorar, bastava para isso decisões, multas, porque quando dói no bolso, Sr^a Presidenta, tenho certeza absoluta de que muitos iriam pensar duas vezes antes de cometer irregularidades.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta, pela tolerância.

(Revisto pelo orador.)

A Sr^a Presidenta (Antônia Pedrosa):- Concedo a palavra ao nobre Líder do PR para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Falarei por todo o tempo, Sr^a Presidenta.

A Sr^a Presidente (Antônia Pedrosa):- Por todo o tempo falará o deputado Pedro Alcântara.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr^a Presidenta, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, Srs. da Imprensa, aqueles que nos honram com suas presenças, ouvintes telespectadores da *TV Assembleia*, esse projeto de lei oriundo do Poder Executivo, altera a estrutura remuneratória de cargos das carreiras do sistema policial civil e de carreira profissional e institui o prêmio por desempenho policial aos servidores integrantes destas carreiras. Desde o primeiro momento, nós assumimos o compromisso de defender este projeto. Ele contou, em toda a sua tramitação, com o apoio nosso e de nosso partido aqui nesta Casa. Graças ao empenho desta Casa, do Executivo e dos servidores, com certeza, votaremos este projeto ainda hoje. Sinto-me feliz por ter entendido, compreendido e tido a oportunidade de estar aqui, apoiar e votar este projeto.

Também, há o projeto que dispõe sobre o subsídio do governador, vice-governador e secretários de Estado. É o referencial para aqueles a quem eu tachei da angústia, do seu clamor por estarem aqui sempre a cobrar de nós. Este, também, é de uma relevância fundamental. Nós vamos honrar o compromisso que sempre fizemos e estivemos ao lado e também em defesa deste projeto. Eu acho que ainda já é tarde, mas está chegando e, daqui a pouco, com muito orgulho votarei e contribuirei para amenizar um pouco o sofrimento de cada um.

Portanto é uma honra para mim e para o meu partido, desde o primeiro momento estarmos juntos defendendo e apoiando e propondo todas as dispensas de formalidades para que isto acontecesse. E, graças à vontade de Deus, também vamos votar este projeto daqui a pouco. Votarei com muito boa vontade. Torcerei para que

este projeto seja bem-vindo à categoria com certeza merecedora.

Há também outro projeto que altera o dispositivo da lei tal de 22 de junho que reorganiza o sistema de saúde dos servidores públicos do Estado. Este é um projeto de grande relevância.

Mas, Sr^a Presidente, Srs. Deputados, nós somos, às vezes, mal compreendidos como políticos. Eu deixei, temporariamente, uma das mais nobres profissões que é a de médico e médico que sempre fez a medicina filantrópica, porque nunca achei que a medicina fosse o veículo de aquisição de recursos. Sempre militei na Santa Casa de Misericórdia de Juazeiro. E a gente, quando vem à política, é, às vezes, sempre mal compreendido.

Durante a campanha eleitoral passada para prefeito, eu apoiava um candidato novo em Juazeiro que, graças a Deus, foi eleito. Jovem em seus trinta e poucos anos, empreendedor do agronegócio e filiado ao Partido Comunista do Brasil – PCdoB – com coligação com o nosso partido. Fizemos uma campanha vitoriosa, mas eu nunca vi a reação de uma comunidade – e isto é importante – do povoado de Juazeiro chamado Baraúna. Lá em todas as paredes das casas estava escrito: *Não vamos receber políticos em nossa comunidade, porque não acreditamos mais nos políticos.*

As caravanas de candidatos a prefeito passavam e nenhuma tinha coragem de abordar as lideranças daquela comunidade. Mas eu, como médico, e com alguns clientes naquela comunidade, propus uma reunião para ser recebido. O motivo da rejeição aos políticos: esta comunidade tem mais de 100 anos, já com mais de 100 famílias e não há luz elétrica. Disseram: *o senhor, como deputado, ainda fez um favor ao trazer um motor diesel para puxar água de um poço. E nós da associação pagamos esta taxa.*

Aquilo me preocupou, porque sempre acreditei e acredito e estou aqui até agora, que nós políticos também somos responsáveis pela transformação e a melhoria da qualidade do povo principalmente a melhoria do povo sertanejo. Eu não tenho feito outra coisa aqui. Esta preocupação se manteve até após a eleição vitoriosa do prefeito. Havia uma audiência com S.Ex^a, o Sr. Governador, Dr. Jaques Wagner e, para ela, levei esta preocupação nossa desta reação e desta rejeição justa e mais do que justa daquela comunidade. Fomos juntamente com o prefeito.

E, hoje, deputado Isaac, as obras dessa comunidade, as quais já batizei de Natal com Luz, já começaram e estão previstas para ser inauguradas no Natal. Serão beneficiadas 100 famílias, é um investimento de quase R\$1 milhão, mas o custo-benefício dela não está ainda na mesma proporção da do Luz para Todos, porque senão entraria numa fila grande. Serão instalados mais de 300 postos no trajeto; são quase 18 quilômetros de linha de alta tensão e seis quilômetros de linha de baixa tensão!

O que quero dizer com isso? Que a sociedade quer fazer um comparativo da luta dela com a de vocês, a qual não é diferente com relação ao quanto se acredita, se reivindica, se está a cobrar de quem pode fazer!

Entendo que o Poder Executivo não pode tudo, nós deputados não podemos quase nada porque não podemos legislar matéria que gera custo nem inferir nela.

Mas, quando a sociedade se organiza, reage, marca presença, está a reivindicar um direito que lhe é justo, cabe ao poder constituído atendê-la, quer nas obras, quer nos salários, quer na organização das categorias do nosso Estado, dos Municípios e da União.

Portanto, quero, neste momento, reafirmar o meu compromisso com vocês e, daqui a pouco, orientar a nossa Bancada a votar sim, assim como agradecer ao governador Jaques Wagner... a luta do prefeito Isaac Carvalho e a nossa luta e, principalmente, parabenizar a comunidade baraúna, que, com certeza, passará um Natal mais feliz.

É este o papel do deputado: ser intransigente, às vezes, como já fui da tribuna desta Casa, ao defender as minhas convicções e os interesses da minha região, e solidário com aqueles que precisam de nosso apoio, como é o caso de vocês, que neste momento ocupam as nossas Galerias.

Muito obrigado, um abraço, e parabéns a todos pela perseverança e pela luta!
(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou do bloco Parlamentar PP/PMN para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de nove minutos. (Pausa.) Não havendo orador, com a palavra o Líder do PMDB para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de nove minutos.

O Sr. Luciano Simões:- Usarei o tempo do PMDB, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Por todo o tempo, falará o deputado Luciano Simões.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, a Bahia, nas últimas semanas, assistiu, indignada, à farra e ao derrame do dinheiro público no que se refere à propaganda do governo.

O que se viu nessas últimas semanas – e estou neste Parlamento no sexto mandato – é que o gasto do governo com propaganda é um absurdo dos maiores na Bahia. Notem os senhores que o governo vai à imprensa mostrar a queda da arrecadação, que a imprensa da Bahia tem mostrado a situação de crise por que passa o atual governo, com os fornecedores sem receber, por exemplo, do Derba, da Conder, onde, a cada dia, a manifestação de insatisfação de empresários, fornecedores e prestadores de serviço é realmente absurda.

Mas se fala do derrame! Deputado Paulo Azi, deputado Heraldo Rocha, presidente Antônia Pedrosa, quanto será que custa esse derrame que o governo do Estado faz com propaganda? E na sua maioria propagandas mentirosas! Hoje não está aqui presente o deputado Paulo Rangel, que poderia servir de testemunha, ele que é o parlamentar mais votado em Itiúba.

Ao ligar a televisão, eu vi o governo estadual inaugurando 200 casas naquele município. Elas foram iniciadas na gestão passada, e não existe participação do governo da Bahia, porque é convênio da prefeitura da cidade com a Caixa Econômica.

É realmente assombroso esse derrame na propaganda política do governo

baiano. Ela passa a ser política. Assustou mais ainda, deputado Waldenor, quando ouvi na *Rádio Metrópole* o governo dizer que aplicou 170 milhões do programa de transposição para recuperar as matas ciliares do São Francisco. O governo não pode usar dessa maneira. Todos sabem que o presidente Lula, através do Ministério da Integração, estava há poucos dias na televisão lançando o programa, inaugurando etapas com recursos do governo federal, e o estadual fala na aplicação daquele dinheiro.

Isto é um caso de polícia, de justiça. A Oposição da Bahia não vai se calar. Vai procurar, como o PMDB acabou de fazer nesta semana, o Conar e enviar toda a propaganda mentirosa do governo do Estado. O programa divulgado pela propaganda governamental baiana falta com a verdade. São recursos na sua maioria exclusivos da União.

Deputado Paulo Câmara, V.Ex^a costuma ser admirador e também trabalhar com o Orçamento do Estado... Para conhecimento seu, dos nossos companheiros e da imprensa da Bahia, quero passar a ler o que foi empenhado e gasto nestes últimos dias com a publicidade do governo da Bahia. O que ele investiu, segundo dados do Sicof, deputado Heraldo Rocha, informados pelo próprio governo do Estado, chegou em empenhos e pagamentos com propaganda a 53,9 milhões, praticamente o triplo, o quádruplo do que se investiu em segurança pública.

Pasmem, Srs. Deputados! O governo este ano investiu apenas cinquenta milhões na educação, no sistema básico de saúde. Com esse tipo de investimento, como se pode acreditar num governo que quer ter sucesso? Qual é a prioridade dele? A segurança pública, a educação? Não. O que foi empenhado nestes dias, os últimos cem? Pasmem, Srs. Deputados! Deputado Luiz de Deus, o débito, o que foi gasto com propaganda do governo do Estado neste período, a preços de hoje, seriam quinhentos mil reais por dia.

Nós vemos o sistema de segurança falido, os municípios da Bahia sem viaturas, a situação das Polícias Civil e Militar! E nos últimos cem dias foram gastos diariamente, segundo a informação do Sicof, que é do próprio governo baiano, quinhentos mil reais com a propaganda dele!

Isso é um absurdo nunca visto na história da Bahia! Um absurdo, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

Hoje na PM baiana, creio que isso é em primeira mão nesta sessão, tanto o pessoal da ativa quanto o aposentado, da reserva, estão começando uma paralisação. Sabem por quê? Pasmem os Srs. Deputados, os contracheques dos policiais militares, principalmente daqueles da reserva, os ditos aposentados, não chegaram até hoje às suas casas. Sabem por quê? A prioridade do governo é diversa, a prioridade é a propaganda mentirosa.

O governo está inadimplente com os Correios e Telégrafos; os Correios e Telégrafos encaminharam o nome do governo da Bahia para o Cadin. O sistema da Prodeb, no dia de hoje, no dia de ontem e anteontem, não está funcionando por falta de pagamento dos terceirizados e daqueles que mantêm o sistema funcionando. Os recursos humanos, o aparelhamento do Estado para fornecer aos seus servidores, está

praticamente paralisado, e a Polícia Militar anunciando paralisação no dia de hoje.

Como pode o governo do Estado, em apenas 100 dias, gastar por dia R\$ 500 mil com a propaganda do governo do Estado e deixar o sistema do Estado de recursos humanos entrar em pane com o protesto de todo o funcionalismo no dia de hoje? É realmente um absurdo, Sr^a Presidente, Srs. Deputados.

Não resta outro caminho ao PMDB senão procurar o Conar e provar àquele órgão que a propaganda que se desenvolve hoje nas televisões, nas redes de rádio e nos jornais é uma propaganda inverídica.

Os deputados, a classe política e o povo da Bahia começam a acordar para esse tipo de manifestação do governo, que não traz a educação, que não traz a transparência e que não traz a verdade. Não resta aos partidos políticos que compõem hoje a Oposição outra via que não a via judicial para que se faça justiça com os recursos públicos.

Muito obrigado, Sr^a Presidente, Srs. Deputados. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Obrigada a V.Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do Democratas para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Paulo Azi:- Falará o deputado Luiz de Deus, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Por todo o tempo falará o deputado Luiz de Deus.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputadas, meu caro deputado Luciano Simões, não temos muita coisa a comemorar com esse governo.

Os números que V.Ex^a citou aqui, eu tive a curiosidade, deputado Isaac Cunha, de transformar o que ele disse, que o governo do Estado gasta por dia com propaganda R\$ 500 mil, o que dá precisos R\$ 180 milhões por ano.

Eu pergunto a V.Ex^a há alguma atividade nesse governo em que se tenha gasto essa quantia de R\$ 180 milhões, exceção feita à propaganda? Foi isso que o deputado Luciano disse aqui.

Eu pergunto a V.Ex^a que governo é esse que gasta R\$ 180 milhões com propaganda e não constrói um colégio sequer? V.Ex^a conhece algum construído por esse governo nestes três anos? Diga, eu gostaria de ouvir de V.Ex^a se conhece algum colégio construído por esse governo nestes quase três anos. V.Ex^a não cita nenhum porque não há nenhum deputado aqui que conheça. Nem vou dizer um colégio, mas uma sala de aula construída pelo governo Jaques Wagner. É este governo que cuida dos nossos jovens como deveria? Por outro lado, ele cuida muito bem da propaganda enganosa, deputado Paulo Azi. Com isso eu apenas traduzo aquilo que disse o deputado que me antecedeu há pouco.

Se lhe perguntasse quantos leitos foram acrescentados aos hospitais públicos para o atendimento da comunidade baiana por este governo, V.Ex^a também não saberia citar, a não ser uma pequena quantidade de UTIs. Nesse ponto houve um

aumento insignificante neste governo.

O que temos a comemorar, deputado? V.Ex^a se recorda de que há pouquíssimo tempo um deputado que assumia uma secretaria falava para os quatro cantos do Estado que taparia todos os buracos das estradas da Bahia? E para tanto, meu nobre Líder, ele criou o Programa Buraco Zero! E agora, vindo de Paulo Afonso, passei pela BA-210 e pude entender, deputado Gildásio Penedo, o que significa esse programa: não existem mais buracos nas estradas porque elas foram literalmente arrasadas. Não há mais estrada, não tem mais nada!

No entanto esse secretário, há cerca de 30 ou 40 dias, dava uma entrevista a uma rádio de Paulo Afonso e dizia que iria construir uma estrada de primeiríssimo mundo – esse foi o termo que ele usou. Um parlamentar colega dele, que no início não lhe dava muita atenção – talvez por não acreditar no que estava sendo dito, não ligou muito o nervo auditivo –, depois observou que o secretário dizia que dentro de pouco tempo uma Operação Tapa Buraco seria realizada.

Ora, deputado, saiu a estrada de primeiríssimo mundo para entrar uma Operação Tapa Buraco?! Só que o deputado não sabia onde começava nem onde terminava a rodovia BA-210, no entanto ele é o secretário de Infraestrutura. Não sabia onde a estrada começa, nem onde termina, tampouco por onde passa, que é bem mais difícil. Mesmo assim decantava que seria uma rodovia de primeiríssimo mundo!

O que temos a comemorar neste governo? Absolutamente nada. Uma deputada ficou irritada porque um parlamentar disse que este governo acabou. Pergunto: acabou por quê? Alguém ainda tem a coragem de acreditar num governo que deixou 135 municípios deste Estado sem delegado?

Por que isso ocorre? Os delegados são concursados, fizeram um curso, e há mais de 1 ano o governador prometia que eles estavam sendo incorporados. É o que digo: é uma ação que está se processando, “estão sendo incorporados 108 novos delegados”. E até hoje, decorrido 1 ano e 2 meses, continuam esses delegados sem ser atendidos, exceção feita a 40 que foram admitidos há 20 ou 30 dias.

Realmente, não temos o que comemorar! Tenho de dizer que este governo acabou. Para confirmar isso, meus senhores da Polícia Civil, aqui está uma prova de que este governo também é enganador: ele os engana. Será que os senhores tiveram o cuidado de ler este projeto?

Deputado Zé Neto, já tive oportunidade de citar uma ou duas vezes aqui que existe no Hemisfério Norte um roedor, um rato mais precisamente, chamado de “Rato Trocador”. Se os senhores colocarem 20 bolas de pingue-pongue azuis de um lado, e 20 vermelhas do outro lado, ele tira a vermelha daqui e bota a azul, e essa troca é exatamente a mesma. É o que está acontecendo aqui, é o Rato Trocador que chegou lá na Secretaria de Administração do Estado.

Fica incorporado ao vencimento básico dos cargos de investigador, escrivão, perito técnico da Polícia Civil os seguintes valores da gratificação de atividade policial – GAP, uma forma que se segue. A quantia é uma brincadeira: R\$ 25,00 em janeiro de 2010; R\$ 65,00 em novembro de 2010; R\$ 20,00 em janeiro de 2011 e R\$ 90,00 em 2011. Resultado: é o exemplo do Rato Trocador ou não é? Tirou da

gratificação dos senhores do bolso direito e colocou no esquerdo. Para todos os efeitos, ele está dando um prêmio aos Srs. Policiais. É uma brincadeira de mau gosto, não vou citar, V.Ex^{as} devem saber tão bem quanto eu, porque é feito isso aqui. (Palmas)

Pretendo voltar, e discutir o restante desse projeto, para ver que é uma brincadeira. Além de estar demorando demais na aprovação desse projeto, não vejo grandes coisas que beneficie aos Srs. Policiais.

Agradeço a tolerância de V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Isaac Cunha:- Falará pelo tempo de 6 minutos o deputado Zé Neto, e pelo tempo de 3 minutos o deputado Waldenor Pereira.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr^a Presidenta, quero dar boa tarde às categorias aqui presentes. Hoje, as comissões estão instaladas, as negociações com a Oposição estão caminhando relativamente bem, e acreditamos que poderemos votar o projeto do Planserv, que faz justiça aos funcionários das empresas públicas no Estado, o Fisco que também espera aqui, com sua representação, a aprovação do teto e também a Polícia Civil, que nos honra com as presenças dos policiais.

Tenho dito as minhas amigas e meus amigos da Polícia Civil, que é óbvio que esse debate, faz parte da democracia, mas sempre tenho convicção de que é sempre necessário, que a memória norteia os nossos passos, a memória é a melhor arma contra a opressão. As vezes vocês chegam aqui, reclamam, e nós temos tido paciência para resolver as questões dentro das nossas possibilidades. Mas, com toda certeza, temos tido o respeito que vocês jamais tiveram na Polícia Civil deste Estado. Nós respeitamos a Polícia, e sabemos o quanto é importante negociar, e vamos adiante.

Quero aqui, Sr^a Presidenta, chamar atenção de um tema, que a Oposição se “esgoelou” durante meses, o projeto do Fisco, que dava mais condições aos agentes de tributos de avançarem profissionalmente em suas carreiras. Diziam que não ia dar resultado, e que exibíamos a Bahia a uma situação absurda, que poderíamos correr o risco de queda de arrecadação, de conflitos esses, e conflitos aqueles.

O sindicato está de parabéns, porque sabe exatamente a hora de fazer política. Foi assim quando trabalhou para a aprovação do projeto dos agentes de tributos.

Hoje, nós estamos aqui, trabalhando para aprovar um projeto que diz respeito a todos aqueles que fazem parte do quadro dos auditores fiscais. E por aí uma categoria evolui e tem a maturidade fundamental para nortear o caminho que estamos trilhando para o Estado da Bahia.

Eu não posso deixar, Sr^a Presidente, de contemplar os números, principalmente os da arrecadação no trânsito. Na análise de crédito reclamado, tivemos um aumento de 94% na arrecadação no trânsito. E quero lembrar que a relevância da fiscalização

de mercadorias em trânsito é que não se avalia só a arrecadação direta, mas também o trabalho preventivo que se exerce no controle da circulação de mercadorias. É a partir desse trabalho no trânsito que vamos tratar de fazer a prevenção da arrecadação do ICMS.

E esse crescimento de 94%, com o incremento do crédito total dos reclamados, é fundamental para dizer que a Bahia deu um salto qualitativo no semestre de abril a setembro.

Mas o que fez essa evolução foi a aprovação do projeto de lei do Fisco, que tratou de avançar profissionalmente na competência dos agentes de tributos, que em julho deram a resposta que a Bahia merecia ouvir. Esse aumento é fundamental para que tenhamos mais prevenção e mais condição de ter uma fiscalização preventiva na qualidade e no controle das mercadorias em trânsito.

Lembrando, Sr. Presidente, que essa modalidade é fundamental para que tenhamos um norte de mais eficiência no controle das irregularidades que acontecem em nível fiscal em nosso Estado. Com a modernização da nota eletrônica e do sistema público de escrituração digital, obviamente que teremos, cada dia mais, a importância do trânsito, do controle das mercadorias que por ali passam e das questões fiscais que dizem respeito ao trânsito no seu dia a dia.

Fico muito feliz neste instante, podendo lembrar, inclusive, que são várias as inscrições das infrações. São infrações que tratam de documentação fiscal; de mercadoria tributada sem documentação fiscal, que é o maior número: 1.530 no período; de ICMS não retido; ICMS retido; parada obrigatória nos postos fiscais; e desacompanhamento da documentação fiscal. Isso é fundamental para dar a segurança de que neste Estado temos um quadro do Fisco que cumpre o seu papel. Acima de tudo, temos uma categoria que, não canso de dizer, tem dado exemplo no que diz respeito à maturidade no trato da coisa pública, no profissionalismo e nas negociações com o governo.

Não existe pelego nessa categoria. É uma categoria que tem um sindicato com a cabeça no lugar e que tem mostrado maturidade para defender, não o governo Jaques Wagner, mas as políticas públicas que vão servir definitivamente ao povo e ao Estado baiano.

Parabéns ao Fisco que aqui está presente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Waldenor Pereira, pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, servidores aqui presentes, a minha participação, ainda que bastante rápida, deputado Luiz de Deus, é para fazer um destaque especial a respeito da crítica que alguns parlamentares, especialmente do PMDB, vêm fazendo sobre as obras que o governo Jaques Wagner desenvolve na Bahia em parceria com o governo Federal e que tem sido motivo de questionamento o anúncio, a divulgação da realização desses importantes investimentos. Para exemplificar a não pertinência da crítica que

parlamentares vêm fazendo, especialmente os colegas do PMDB, lembro-me muito bem, até porque sou morador da Barra, do Jardim Brasil, que, quando da realização da obra da Avenida Centenário, aliás, é uma belíssima obra que utilizo cotidianamente, hoje até já andei lá, essa obra foi anunciada, aos quatro cantos, tratar-se de uma obra da prefeitura do município de Salvador. Aliás, foi uma obra fundamental, que teve uma grande repercussão e até, possivelmente, tenha interferido no resultado eleitoral do pleito, aqui na capital do Estado, e nem por isso nenhum de nós, deputados, parlamentares da base do governo reclamamos desta tribuna, muito menos na Justiça que aquela obra foi resultado de recursos do governo Lula, foi resultado de recursos do governo federal.

Portanto, temos, sim, a condição, a altivez de afirmar em alto e bom som, que investimentos realizados na Bahia com participação do governo federal e contrapartida do governo do Estado são, sim, ações de investimentos do nosso governo, porque são, sim, ações de investimento do nosso projeto político, projeto político que mudou o Brasil, deputado Luiz de Deus, projeto político que conseguiu a estabilidade econômica, a melhoria da renda, do emprego, a melhoria da qualidade de vida do povo da Bahia e do Brasil. Portanto, são obras, sim, são investimentos, sim, do nosso projeto político e dos nossos governos federal e estadual, ainda que, 4 esses investimentos e ações incomodem tanto a Oposição. E é uma pena que o PMDB, em especial, possa estar se incomodando tanto ao ponto de entrar com representação no Ministério Público porque se trata de investimentos do governo federal, do governo Lula, que também é o governo apoiado pelo PMDB em âmbito nacional.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, minha questão de ordem é para anunciar a este plenário que por acordo de lideranças, e conversei há pouco com o vice-Líder da Minoria, deputado Paulo Azi, ele que foi delegado para cumprir esse papel de intermediação, de negociação com a Bancada da Maioria e também com os blocos independentes, e nós acordamos, deputado Heraldo, inclusive com a delegação de V.Ex^a, através do deputado Paulo Azi, que, no tempo ainda regulamentar da sessão ordinária, nós pudéssemos, imediatamente, incluir na pauta a apreciação do projeto que trata do Planserv, que é o projeto que vai permitir aos servidores das empresas públicas da Bahia passarem a se beneficiar com esse plano de assistência à saúde. Portanto, houve a concordância da Bancada da Minoria... Quero até consultar o deputado Pedro Alcântara, tenho certeza de que irá concordar também, para que não precisemos derrubar a sessão. Imediatamente nós apreciaríamos o projeto do Planserv para, então, na convocação extraordinária, apreciarmos os dois projetos acordados com a Oposição para serem apreciados e votados no dia de hoje.

Então, esta é a nossa questão de ordem. Eu queria que V.Ex^a consultasse os líderes para que pudéssemos apreciar e votar imediatamente esse primeiro projeto que

altera o Planserv permitindo a inclusão dos servidores das empresas públicas se beneficiarem também deste plano de saúde pública.

Esta é a nossa questão de ordem. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, já existe sobre a mesa um acordo assinado pelo Líder da Maioria, deputado Waldenor Pereira, pelo Líder da Minoria, deputado Heraldo Rocha, pelo deputado Joélcio, representando o PMDB, e pelo Líder do PR, deputado Pedro Alcântara.

(Lê) “Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, bem como os Líderes do Partido da República-PR, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB, com assento nesta Casa, vêm, na forma regimental, requerer a V. Ex^a a dispensa de todas as formalidades regimentais para que seja apreciado de logo o Projeto de lei nº 18.352/2009, de autoria do Poder Executivo, que altera dispositivos da Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, que reorganiza o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais, e dá outras providências.”

Está deferido o requerimento, que está aqui por escrito.

Srs. Deputados, antes de entrar nessa ordem, gostaria de solicitar ao Plenário, a deputada Maria Luiza Carneiro fez a proposta de instalação de uma CPI, assinada por mais de 21 Srs. Deputados, lemos o pedido de V. Ex^o, deputada, e quero dizer que não vi um fato determinado, mas pessoalmente sou favorável à instalação da CPI. Gostaria de só instalar essa CPI por acordo de Lideranças, porque a CPI é importante, mas não vi um fato determinado.

Deputada, já consultei o deputado Pedro Alcântara, que disse que concordaria. Não é isso, deputado Pedro, V. Ex^a concorda?

(O Sr. Heraldo Rocha fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O pedido de CPI não tem fato determinado, só posso instalar essa CPI por acordo de Lideranças. Sou favorável,...

O Sr. Pedro Alcântara:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Pedro, só um segundinho, por favor.

(...) sou favorável, agora, só posso instalar essa CPI por acordo de Lideranças. Não posso instalar uma CPI, porque não vi, posso até estar equivocado, um fato determinado. Existem várias denúncias, várias considerações, mas eu, particularmente, deputada Maria Luiza, inclusive gostaria de parabenizar V. Ex^a, mas para que eu possa instalar essa CPI é preciso que os Líderes concordem. O deputado Pedro Alcântara concorda.

Deputado Waldenor, vou consultar o Líder. Deputado Waldenor, V. Ex^a concorda com a instalação da CPI? Vai dar uma olhada no Regimento? Quer pensar?

O Sr. Pedro Alcântara: Questão de ordem, Sr. Presidente.

A Sr^a Maria Luiza: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então, vou conceder uma questão de ordem a V. Ex^a, deputado Pedro Alcântara, mas primeiro vamos ouvir a deputada Maria Luiza Carneiro.

Som para a deputada Maria Luiza Carneiro, por favor.

A Sr^a Maria Luiza Carneiro:- Sr. Presidente, de antemão, gostaria de agradecer o posicionamento de V. Ex^a no sentido de acatar a proposição e gostaria de dizer da minha tranquilidade, porque sei que conto com os pares da Oposição.

Então, gostaria de fazer um apelo, agora, ao Líder do governo para que possa se somar a todos os deputados desta Casa, não se tratando, quero deixar claro, não havendo conotação de luta partidária, é uma luta sem coloração partidária. Entendo que os fatos específicos se estabelecem nos acontecimentos diários a que assistimos na nossa sociedade.

Assim, gostaria de pedir a todos os deputados da Situação, em especial, ao nobre Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, que se juntasse a todos os deputados e concedesse a esta Casa a oportunidade de levar essa bandeira, que pode ser desta Legislatura, para todo o Estado da Bahia e para o Brasil.

Muito obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Primeiro, vou ouvir o deputado Pedro Alcântara. Agora, gostaria de que V. Ex^a? fosse breve, porque temos um projeto a votar.

Deputado Pedro Alcântara, por favor.

O Sr. Pedro Alcântara: - Serei breve, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, não só como Líder da Bancada do PR, assino qualquer dispensa de formalidades, como sou aficionado desse projeto, dessa proposição de criar essa CPI, porque a pedofilia está em todos os cantos. Hoje, não é questão de ordem político-partidária, é uma questão da sociedade e é de importância fundamental a instalação dessa CPI.

Portanto, por mim, assino qualquer acordo de Lideranças para dispensar formalidades, e V. Ex^a tem razão quando diz que precisa de um fato determinado. V. Ex^a está coberto de razão nesse sentido. Mas num acordo de Lideranças não há, necessariamente, a necessidade de se colocar esse fato determinado na justificativa de instalação da CPI da Pedofilia.

(Muito barulho nas Galerias.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Senhores das Galerias, gostaria de que fizessem silêncio, por favor, faço um apelo, porque mesmo falando baixinho, quando se soma, faz barulho. Peço, portanto, a compreensão de todos.

Deputado Waldenor, gostaria apenas que V. Ex^a fosse breve.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, quero, de imediato, dizer à deputada Maria Luiza Carneiro que não temos nada a nos opor do ponto de vista do mérito da proposição, até porque se trata, de fato, de uma temática hoje discutida nacionalmente, e que consideramos que esta Casa Legislativa deve se debruçar sobre ela. Quero, pois, parabenizá-la por essa iniciativa.

Todavia quero concordar com V. Ex^a, Sr. Presidente, quanto ao precedente, porque o art. 56, do Regimento Interno desta Casa, é bastante claro. Aliás, a Seção II – Das Comissões de Inquérito, art. 56 diz: *“As Comissões de Inquérito serão criadas sobre o fato determinado e por prazo certo, mediante requerimento de 1/3 (um terço) dos membros da Assembleia.”* Portanto, quero concordar com V. Ex^a que a

viabilidade da instalação dessa comissão deva se dar mediante acordo de Líderes, considerando-se uma exceção o fato determinado, porque se assim não for, naturalmente não poderemos concordar, pois abrir-se-ia um precedente para a instalação de outras CPIs.

Portanto, quero, ponderadamente, repetir, mais uma vez, que somos favoráveis à instalação da CPI da Pedofilia, pois o tema é de interesse nacional e vários legislativos já estão tratando dele. Mas apresentamos a preocupação, já destacada por V. Ex^a, quanto à precedência do fato determinado, que não está caracterizado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, Sr. Deputado. Desculpe-me, mas precisamos votar o projeto, senão não dá tempo!

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Heraldo, V. Ex^a...

Quem vai falar pela Liderança do governo?

Espere aí só um segundinho! Quem vai falar? O deputado Heraldo ou o deputado Paulo Azi?

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, assinaram o pedido para instalação dessa CPI 60 deputados, fato que nunca vi nesta Casa! Realmente, a pedofilia hoje é um problema internacional, então não há por que ter acordo entre de Líderes! Aí sim, deputado Waldenor, é que vamos abrir um sério precedente!

Então a Bancada de Oposição é favorável à instalação dessa CPI, claro, pois 60 deputados desta Casa assinaram a proposta requerida pela deputada Maria Luiza Carneiro.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Heraldo, não é porque 60 deputados assinaram que a CPI vai ser instalada! Podem assinar todos os 62, mas é preciso que haja um fato determinado! Está muito claro no Regimento que, para que possamos instalar essa CPI – com a qual, quero dizer, a presidência concorda – é preciso ter um fato determinado! Como não há um fato determinado, só posso instalá-la mediante acordo entre Líderes!

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, a Oposição entende que existe um fato determinado, a não ser que V. Ex^a queira desconhecer a grave crise que o nosso Estado enfrenta com relação a esse assunto! Se fosse assim a Câmara dos Deputados não instalaria uma CPI da pedofilia, porque o que ocorre no Brasil ocorre na Bahia!

Portanto, a Oposição entende que existe, sim, um fato determinado caracterizado! Se V. Ex^a indeferir o pleito da deputada Maria Luiza, o qual foi subscrito por 60 deputados, vai parecer que faz de conta que não existe pedofilia na Bahia.

Portanto, a posição da Oposição é que existe, sim, e está caracterizado, sim, o fato determinado de que a pedofilia é algo grave em nosso Estado e que é preciso, por isso, uma CPI da Assembleia para apurar as causas dela e até propor soluções. Mas se V. Ex^a considera que esse assunto não é importante e não merece que esta Casa venha

se debruçar sobre essa questão, que indefira e assuma perante a sociedade a não importância desse assunto.

O Sr. Luciano Simões:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, é preciso ter muita paciência para ouvir suas considerações! Tenho-lhe um apreço muito grande, mas V. Ex^a tem uma posição e eu tenho outra, V. Ex^a acha que há, eu acho que não há! V. Ex^a falou e eu o ouvi. V. Ex^a sabe o apreço e a admiração que tenho por V. Ex^a e eu sei que a recíproca é verdadeira, mas tenho uma posição muito clara: eu não vi o fato determinado, e a Constituição e o Regimento Interno desta Casa são muito claros.

Agora, pessoalmente, eu sou favorável. Os deputados Waldenor, pelo governo, e Pedro Alcântara são favoráveis à instalação. Se a Liderança da Minoria disser que é favorável e o PMDB também, vamos instalar. Se V. Ex^{as} disserem não, eu não vou instalar, exceto se o Plenário decidir.

Eu, como presidente, não vi o fato determinado. Não estou dizendo que a pedofilia na Bahia não é um fato grave, só estou dizendo que eu não vi o fato determinado. E eu não posso passar por cima do Regimento, exceto se os Líderes partidários concordarem. Se V. Ex^a quer a instalação e concorda...

O Sr. Paulo Azi:- Não sou eu só que quero...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V. Ex^a falou e eu ouvi. Eu vou ouvir V. Ex^a de novo. Estou com a palavra, por favor! Estou apresentando a minha posição porque não vi o fato determinado. Agora, se os Líderes partidários concordarem, instalaremos a comissão, não tem problema. Se não houver, eu não vou instalar.

O Sr. Luciano Simões:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Prezado presidente, com a permissão de V. Ex^a, eu quero concordar em gênero, número e grau com o deputado Paulo Azi. O fato determinado em todo o País, e o senador Magno Malta já rodou este Brasil todo, praticamente o fato determinante para ser apurado é justamente a pedofilia, não só na Bahia como no Brasil todo. Se V. Ex^a requerer à Câmara Federal, o fato determinante para instalar a CPI lá foi a pedofilia. Eu não vejo empecilho nenhum para a instalação dessa comissão, porque a finalidade dela, o que se pretende apurar é a pedofilia no Estado da Bahia.

Vai ser uma CPI que vai levar subsídios à CPI do Senado Federal. Eu, no momento, quero discordar de V. Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, cada um tem a sua posição. Eu não vi o fato determinado. Se a Oposição, é a única que até agora não concordou, concordar, instalaremos a CPI. Ora! eu não vi o fato determinado e não vou instalar porque não vi o fato determinado, exceto se o Plenário decidir que instale. Acima da palavra do presidente só o Plenário.

Agora, quero dizer à deputada Maria Luiza que V. Ex^a está de parabéns, a presidência quer instalar...

O Sr. Waldenor Pereira: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Heraldo, não vamos politizar esse assunto.

O Sr. Heraldo Rocha:- Não estamos politizando.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se V. Ex^{as} concordarem com a instalação, instalaremos, é só concordar

Srs. Deputados, tendo em vista que houve um acordo de Lideranças para votar o projeto do Planserv, eu vou prorrogar a sessão por mais 20 minutos apenas para votar este projeto.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Este assunto está muito claro. Se os deputados da Oposição concordarem, deputada Maria Luiza, instalaremos amanhã. Defiro, mas só posso deferir por acordo de Lideranças. Quero dizer-lhes que a presidência é favorável, agora vi, como eu diria, lendo o Regimento e o pedido da instalação, que não tem um fato determinado. Então, não posso ferir o Regimento. Só posso se os Líderes partidários concordarem.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 18.352/2009, que altera o dispositivo da Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, que reorganiza o sistema de assistência à saúde do servidor público estadual e dá outras providências.

Designo para relatar o parecer da matéria o deputado Álvaro Gomes.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviços Públicos, Saúde e Saneamento, Defesa do Consumidor e Relação de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Para relatar a matéria, o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Saúde e Saneamento, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 18.352/2009, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Altera dispositivos da Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, que reorganiza o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais, e dá outras providências'.*

Encaminha, à apreciação desta Casa, o Exm^o Sr. Governador do Estado, o projeto de lei que ora passo a relatar, propondo alterações na Lei nº 9.528/2005, que reorganiza o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais.

A proposição 'visa adequar a legislação que disciplina a assistência à saúde do servidor público estadual, considerada de fundamental importância para o Governo do Estado, propiciando o aperfeiçoamento do desempenho do referido

Sistema, na busca permanente do atendimento de excelência.'

Através das alterações previstas na referida Lei nº 9.528/2005, ficam incluídos no Sistema os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado, bem como, na condição de agregados, os netos menores de 35 anos de idade, com custeio integral pelo beneficiário titular.

Trata-se de mais uma proposição do Governo do Estado em benefício dos servidores públicos, a qual tem possibilitada sua votação na presente Sessão em virtude de Acordo firmado entre as Lideranças da Assembléia.

O projeto não recebeu emendas. No entanto, objetivando corrigir um equívoco na digitação, apresento a seguinte emenda:

Emenda de Relator:

O art. 3ª do Projeto de Lei nº 18.352/2009 passa a ter a seguinte redação:

Art. 3ª - O caput do artigo 6º da Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação, sendo-lhe ainda acrescido o inciso III:

'Art. 6ª - Poderão ser beneficiários do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais, na condição de agregados dos titulares indicados nos incisos I, IV, V, VI e VII do artigo 4ª desta Lei, desde que não preencham os requisitos para serem beneficiários titulares:'

.....

III – o(a) neto(a) menor de 35 (trinta e cinco) anos, com custeio integral pelo beneficiário titular.'

Justificativa: trata-se, como afirmado, de mera correção do texto, uma vez que no art. 6º havia referência aos incisos do art. 5º, enquanto tais incisos pertencem ao art. 4º

Ante o exposto, opino pela aprovação do projeto ora relatado com as alterações decorrentes da Emenda de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 27 de outubro de 2009.

Deputado Álvaro Gomes

Relator”

Portanto, este projeto tem uma grande importância para os servidores públicos, pois faz uma inclusão mais do que justa no sistema: a dos empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado. Eles não estavam incluídos. É um benefício a mais para os servidores públicos.

O parecer é tanto do ponto de vista constitucional quanto do ponto de vista do mérito, já que são várias comissões aqui envolvidas, a de Constituição e Justiça e as de mérito. O projeto é constitucional e, do ponto de vista do mérito, mais do que justo.

Portanto, o meu parecer é pela aprovação do projeto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Os Srs. Deputados que aprovam o parecer do relator, deputado Álvaro Gomes, permaneçam como se encontram.

(Pausa) Aprovado.

Em discussão única o projeto de lei nº 18.352/2009, de procedência do Poder Executivo, que altera dispositivos da Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, que reorganiza o Sistema de Assistência à Saúde dos servidores públicos estaduais e dá outras providências.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 18.352/2009

Altera dispositivos da Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, que reorganiza o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Ao artigo 4º da Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, ficam acrescidos os seguintes incisos:

“Art.4º-
.....

VI - os empregados ativos de empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado;

VII - os empregados inativos de empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado.”

Art. 2º - O *caput* do artigo 5º da Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 5º** - Poderão ser beneficiários do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais, na condição de dependentes dos titulares indicados nos incisos I, IV, V, VI e VII do art. 4º desta Lei.”

Art. 3º - O *caput* do artigo 6º da Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação, sendo-lhe ainda acrescido um inciso III:

“**Art. 6º** - Poderão ser beneficiários do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais, na condição de agregados dos titulares indicados nos incisos I, IV, V, VI e VII do artigo 4º desta Lei, desde que não preencham os requisitos para serem beneficiários titulares:

.....

III - o(a) neto(a) menor de 35 (trinta e cinco) anos, com custeio integral pelo beneficiário titular.”

Art. 4º - Fica alterado o inciso I do artigo 10 da Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, na forma seguinte:

“**Art.10** -

I -

a) relativa aos titulares indicados nos incisos I a VI do artigo 4º desta

Lei, em valores proporcionais ao respectivo nível de remuneração, de

acordo com as faixas estabelecidas na tabela constante do Anexo I desta

Lei;

.....

e) relativa aos titulares indicados no inciso VII do artigo 4º desta Lei,

em valores proporcionais à faixa etária, de acordo com a tabela

constante do Anexo III desta Lei.”

Art. 5º - O artigo 12 da Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 12** -

I -

a) servidores ativos civis ou militares e empregados ativos de empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado, o valor bruto da remuneração integral do mês, excluídas as parcelas a título de ajuda de custo, diárias, auxílios e abonos pecuniários, adicional de férias, gratificação natalina e aquelas de caráter indenizatório;

.....

f) empregados inativos de empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado, mediante a aplicação da tabela prevista no Anexo III desta Lei, de acordo com a faixa etária.

.....

§ 1º - No caso de acumulação constitucional de cargos ou empregos, a contribuição dos beneficiários indicados no inciso I deste artigo incidirá sobre o somatório dos estipêndios correspondentes.

.....”

Art. 6º - Fica acrescido um parágrafo único ao artigo 15 da Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, com o seguinte teor:

“**Art. 15**

Parágrafo único - O pagamento da contribuição dos empregados inativos de empresas públicas e sociedades de economia mista dar-se-á mediante boleto bancário.”

Art. 7º - O inciso III do art. 16 da Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 16** -

.....

III - as relacionadas às ações de natureza operacional e logística, necessárias à disponibilização dos serviços e atendimento aos beneficiários, inclusive compra de móveis, veículos e equipamentos, locação, reforma, recuperação, ampliação, construção e aquisição de imóveis, bem como ações de controle, auditoria e acompanhamento da utilização, de manutenção, suporte e desenvolvimento de sistemas de informações, de capacitação e aperfeiçoamento técnico, limitadas tais despesas, anualmente, a 5% (cinco por cento) do orçamento destinado ao Fundo.”

Art. 8º - O Anexo II da Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, passa a vigorar na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 9º - Fica acrescido o Anexo III à Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, com a redação do Anexo II desta Lei.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a promover os atos necessários às modificações orçamentárias para o cumprimento do disposto nesta Lei, respeitando os valores globais constantes do orçamento vigente.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 27 de outubro de 2009

Deputado Alvaro Gomes
Relator

ANEXO I

ANEXO II da Lei nº 9.528, de 22/06/2005

Faixa Etária	Valor da contribuição
até 24 anos	39,05
de 25 a 29 anos	76,73

de 30 a 39 anos	79,49
de 40 a 49 anos	83,05
de 50 a 59 anos	99,21
Acima de 60 anos	227,92

ANEXO II

ANEXO III da Lei nº 9.528, de 22/06/2005

TABELA DE CONTRIBUIÇÃO PARA BENEFICIÁRIOS TITULARES, DEPENDENTES E AGREGADOS (Art. 12, I, “f”)

Até 31/12/2009	
Faixa Etária	Valor da Contribuição (em R\$)
Até 24 anos	63,80
de 25 a 29 anos	86,36
de 30 a 39 anos	116,90
de 40 a 49 anos	158,25
de 50 a 59 anos	214,23
Acima de 60 anos	290,00
A partir de 01/01/2010	
Faixa Etária	Valor da Contribuição (em R\$)
Até 24 anos	70,18
de 25 a 29 anos	95,00
de 30 a 39 anos	128,59
de 40 a 49 anos	174,08
de 50 a 59 anos	235,65
Acima de 60 anos	319,00

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovada a unanimidade.

Eu gostaria, antes de encerrar a sessão, de parabenizar os Líderes Partidários, o deputado Waldenor Pereira, Líder do Governo; o deputado Pedro Alcântara, Líder do Bloco Independente e o deputado Leur Lomanto. E gostaria de parabenizar o Líder, deputado Heraldo Rocha, e se V.Exª me permitir, vez que V.Exª delegou o deputado

Paulo Azi, gostaria também de parabenizar o deputado Paulo Azi, em nome do deputado Heraldo Rocha, tendo em vista que o mesmo delegou pelo acordo das Lideranças. Isso é um fato positivo, esta Casa é política e as negociações políticas são importantes num Parlamento, quando nós chegamos a um denominador comum.

Então, em nome do Poder Legislativo, eu diria em nome da Bahia eu parabenizo todos os Srs. Deputados pelo acordo na instalação das comissões, e que votaremos os projetos conforme acordado.

Quero, antes de encerrar a sessão, convocar a sessão extraordinária a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as matérias do Requerimento de Urgência nº 6.970/2009 para o Projeto de Lei nº 18.287/2009, como também os Projetos de Lei nºs 18.272/2009 e 18.292/2009.

Portanto, está convocada a sessão extraordinária para 2 minutos após o encerramento desta.

Está encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*